

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GEIZILENE MACHADO MORETTI**

**OS IMPACTOS CAUSADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL -SPED FISCAL- UMA PESQUISA COM  
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DA REGIÃO AMREC**

**CRICIÚMA**

**2012**

**GEIZILENE MACHADO MORETTI**

**OS IMPACTOS CAUSADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL -SPED FISCAL- UMA PESQUISA COM  
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DA REGIÃO AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado como  
requisito para obtenção do título de Bacharel no curso de  
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Pereira Antunes

**CRICIÚMA**

**2012**

**GEIZILENE MACHADO MORETTI**

**OS IMPACTOS CAUSADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL -SPED FISCAL- UMA PESQUISA COM  
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DA REGIÃO AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 07 de Dezembro 2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Esp. Rafael Pereira Antunes – UNESC – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Daniela Figueredo – UNESC

---

Prof. – Tiago Stock – UNESC

**Dedico este conquista primeiramente a Deus. Á meus pais por sempre estarem presente em minha vida, ao meu marido pelo incentivo proporcionado durante todos esses anos, minha filha por compreender os momentos de ausência nessa longa caminhada.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida, me abençoando e proporcionando sabedoria para alcançar meus objetivos.

A minha família, que caminhou ao meu lado durante todos esses anos, em especial a minha mãe por sua colaboração e incentivo, pois sem ela já mais chegaria até aqui, agradeço por ensinar a crer em Deus e jamais perder a fé, a ela fica registrado aqui minha eterna gratidão.

Agradeço também ao meu marido pelo companheirismo, dedicação e confiança depositada a minha pessoa, durante todos esses anos de convivência ao meu lado.

A meu amor incondicional, minha filha Letícia, razão de meu maior incentivo em chegar até aqui. A essa pequenina que sempre compreendeu os momentos de ausência durante esses quatro anos e meio.

Aos meus amigos, por ter a oportunidade de conviver com todos vocês esse sonho, em especial a alguns deles pelo grande laço de amizade conquistado, amigos que serão lembrados para sempre e que desde já fazem parte da minha história de vida.

Agradeço ao meu orientador, pela paciência e dedicação demonstradas durante o período de elaboração deste trabalho e principalmente pelo conhecimento compartilhado.

Meus sinceros agradecimentos também aos professores do curso de Ciências Contábeis, pela dedicação, nos proporcionando a oportunidade de aprender na teoria e prática todo conhecimento necessário, em busca de uma carreira profissional de sucesso.

Enfim, agradeço a todas as demais pessoas, que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho e para realização desse sonho.

**“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.”**

**Augusto Cury**

## RESUMO

MORETTI, Geizilene Machado. **Os impactos causados com a implantação do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED FISCAL – Uma pesquisa com empresas de transporte de cargas da região AMREC 2012.** 56 p. Orientador: Rafael Pereira Antunes. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – SC.

A contabilidade vem evoluindo em um ritmo acelerado nos últimos anos. A mais nova evolução consiste na implantação do sistema tributário brasileiro conhecido como SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, tendo como subprojetos a NF-e Nota Fiscal Eletrônica, ECD- Escrituração Contábil Digital e EFD – Escrituração Fiscal Digital. Essa nova estrutura tem como objetivo principal padronizar as informações federais, estaduais e municipais, obtendo dessa forma uma linguagem padronizada e uma fiscalização mais eficiente, substituindo os montantes de papéis por documentos eletrônicos, de modo que as informações repassadas ao fisco através dessa sistemática possui um detalhamento ainda maior em um tempo mais curto, para captação das informações transmitidas, possibilitando ao fisco o cruzamento de todas essas obrigações repassadas a ele em tempo real, minimizando dessa forma as sonegações fiscais. Para os contribuintes a implantação do SPED visa mudanças e adequações relevantes na estrutura e até mesmo na cultura das organizações, exigindo investimentos em tecnologia para o acompanhamento de toda essa modernização. A implantação do projeto SPED – Sistema Público de Escrituração Digital possibilita muitos desafios e oportunidades aos profissionais da área contábil, sendo que muitos ainda possuem dificuldades na aplicação dessa nova realidade fiscal. Por isso a antecipação e adaptação a esse novo sistema é fundamental nesse momento, aos profissionais que visam crescimento e reconhecimento de sua profissão. Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo principal verificar os impactos causados com a implantação de um dos subprojetos a EFD – Escrituração Fiscal Digital, com enfoque nas transportadoras, tendo como objetivo explorar e analisar esses impactos na gestão dessas empresas. Sendo assim utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica com base em livros e materiais virtuais, exploratória por tratar-se de um assunto atual, sendo essa quantitativa com informações coletadas por meio de um questionário avaliativo aplicado aos empresários das organizações em estudo, proporcionando dados estatísticos para análise. Sendo possível verificar os impactos, mudanças e o nível de adequação das empresas atualmente. Concluindo assim os objetivos proposto neste trabalho.

**Palavras-chave:** Implantação, Escrituração Fiscal Digital, Impactos.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC - Associações dos Municípios da Região Carbonífera  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
COFINS - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social  
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas  
DIME - Declaração do ICMS e do Movimento Econômico  
ECD - Escrituração Contábil Digital  
EFD - Escrituração Fiscal Digital  
ERP - *Enterprise Resource Planning*  
IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças  
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços  
ICP- Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira  
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados  
ISS - Imposto Sobre Serviços  
NFe - Nota fiscal Eletrônica  
PIS - Contribuição ao Programa de Integração Social  
PMATA - Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira  
SIC - Sistema de Informação Contábil  
SIG - Sistemas Integrados de Gestão  
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital  
TI - Tecnologia de Informação e Comunicações

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de certificados , forma de armazenamento e responsável por assinatura.....	37
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama SPED Fiscal.....	33
-------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: TEMPO DAS EMPRESAS NA REGIÃO AMREC .....	41
GRÁFICO 02: NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS.....	42
GRÁFICO 03: CONTABILIDADE DA EMPRESA.....	43
GRÁFICO 04: SISTEMA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI) .....	44
GRÁFICO 05: NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A CONTABILIDADE DA EMPRESA .....	45
GRÁFICO 06: CONHECIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) .....	46
GRÁFICO 07: EMPRESAS NA OBRIGATORIEDADE DE TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL.....	47
GRÁFICO 08: MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA E ROTINA DAS EMPRESAS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL .....	48
GRÁFICO 09: RECURSOS TECNOLÓGICOS COMPÁTIVEIS AO EXIGIDO PELO SPED FISCAL .....	49
GRÁFICO 10: INVESTIMENTO EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS .....	50
GRÁFICO 11: FUNCIONÁRIOS PREPARADOS E QUALIFICADOS PARA IMPLANTAÇÃO E TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL.....	51
GRÁFICO 12: INVESTIMENTO EM CURSOS PARA QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS.....	53
GRÁFICO 13: PREPARAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL NAS EMPRESAS.....	53

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVO.....	14
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>14</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
1.4 METODOLOGIA.....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>17</b>
2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE .....	17
2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....	18
2.3 HISTÓRICO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....	19
2.4 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.....	20
2.5 GESTÃO TRIBUTÁRIA .....	21
2.6 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	22
2.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA EMPRESA .....	24
<b>2.7.1 Tecnologia da informação aplicada na contabilidade</b> .....	<b>26</b>
2.8 DEFINIÇÃO SOBRE ICMS .....	28
2.9 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.....	29
2.10 EFD – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL .....	32
<b>2.10.1 Obrigatoriedade</b> .....	<b>35</b>
2.11 CERTIFICADO DIGITAL .....	36
2.12 DESAFIO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS.....	38
<b>3 PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>41</b>
3.1 TEMPO DAS EMPRESAS NA REGIÃO AMREC.....	41
3.2 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS .....	42
3.3 CONTABILIDADE DA EMPRESA .....	43
3.4 SISTEMA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI).....	43
3.5 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A CONTABILIDADE DA EMPRESA .....	44
3.6 CONHECIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) .....	46

3.7 EMPRESAS NA OBRIGATORIEDADE DE TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL	46
3.8 MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA E ROTINA DAS EMPRESAS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL .....	48
3.9 RECURSOS TECNOLÓGICOS COMPÁTIVEIS AO EXIGIDO PELO SPED FISCAL .....	49
3.10 INVESTIMENTO EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS.....	50
3.11 FUNCIONÁRIOS PREPARADOS E QUALIFICADOS PARA IMPLANTAÇÃO E TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL.....	51
3.12 INVESTIMENTO EM CURSOS PARA QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	53
3.13 PREPARAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL NAS EMPRESAS .....	53
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPRESÁRIOS DE TRANSPORTADORAS DE CARGAS DA REGIÃO AMREC.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente estamos diante de um cenário em constante evolução no que tange o mundo tecnológico e cada vez mais informatizado na área contábil, com a necessidade de dados cada vez mais detalhados, para que o levantamento de números sejam o mais fiéis de acordo com a sua realidade fiscal. Desta forma, o presente estudo tem como principal objetivo destacar os impactos causados com a implantação do sistema público de escrituração fiscal digital, na gestão das transportadoras da região AMREC. O desenvolvimento desse trabalho vem intensificar a importância que os impactos causaram nas transportadoras com a implantação desse novo sistema de escrituração fiscais digital.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

Diante das dificuldades encontradas pelas empresas e profissionais da área contábil em relação ao novo sistema de escrituração fiscal digital (SPED), e com a necessidade da utilização do mesmo, muitas empresas estão, de certa forma, tentando adequar-se ao novo cumprimento das obrigações acessórias por meio de documentos fiscais eletrônicos extinguindo os documentos impressos.

As autoridades fiscais, sejam elas de âmbito federal, estadual ou municipal, estão utilizando dessa tecnologia digital a fim de que as informações sejam muito mais rápidas e mais confiáveis para análise contábil, evitando, de certa forma, a prática de fraudes ou sonegação fiscal. As informações repassadas estão muito mais transparentes para fiscalização dos órgãos competentes, sendo que o profissional responsável por essas informações deve estar muito bem embasado e ciente de que os documentos por ele analisados e repassados ao fisco são confiáveis.

O SPED Fiscal causará impacto para todas as empresas e será sentido em todas as áreas, desde a infra-estrutura tecnológica à cultural das organizações. Nos dias de hoje, as empresas precisam estar atualizadas e bem estruturadas para todas as mudanças que estão acontecendo. O planejamento vem tornando-se cada vez mais importante, com a finalidade de organizar a empresa para o SPED Fiscal, para isso ferramentas tecnológicas também são fundamentais para um bom

desempenho empresarial e o maior obstáculo enfrentado pelas empresas é exatamente encontrar profissionais capacitados para exercer a função, cumprindo as exigências que o SPED Fiscal necessita a fim de que seja executado com eficiência. Isso tem ocasionado alguns problemas para grande parte das empresas, ao adotar este regime de escrituração fiscal.

Com a finalidade de destacar as dificuldades encontradas na maioria das empresas do seguimento de transportadoras, as quais são obrigadas a informar suas obrigações acessórias digitalmente, ou as que ainda estão na espera dessa obrigatoriedade, fundamentando com um estudo direcionado ao SPED Fiscal, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: Quais os principais impactos causados com a implantação do SPED FISCAL na gestão das transportadoras da região AMREC – SC?

## 1.2 OBJETIVO

### 1.2.1 Objetivo geral

Verificar os impactos causados com a implantação do SPED FISCAL DIGITAL na gestão das transportadoras de cargas da região AMREC.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o processo de informatização do sistema tributário;
- Identificar as principais mudanças e dificuldades com a utilização do sistema de escrituração fiscal digital; e,
- Evidenciar a importância da qualificação profissional em relação ao SPED FISCAL.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema apresentado é relevante para grande parte das empresas e profissionais da área contábil, pois se trata de um assunto novo, em que muitos têm dificuldades no momento da implantação e utilização do SPED Fiscal, para

adequar-se com a obrigatoriedade de manter sua empresa de acordo com a legislação vigente.

Desde a implantação do sistema de escrituração fiscal digital divulgado em 2007, este assunto tornou-se cada vez mais frequente na vida dos empresários e profissionais da área, e a busca pelo conhecimento é de extrema importância nesse momento de evidentes mudanças no cenário contábil nacional.

Estas mudanças obrigam, de certa forma, às empresas a adaptar-se com a modernização da sistemática atual para o cumprimento das obrigações fiscais e contábeis.

O objetivo principal do SPED é, ao longo do tempo, substituir dezenas de obrigações acessórias hoje existentes, transformando essas obrigações em arquivos digitais. Diante disso, a necessidade de um controle gerencial no ambiente interno da empresa, será necessária e fundamental para que a integração digital seja feita. As mudanças de comportamento gerenciais dos gestores, também devem ser alteradas no intuito de obter informações seguras e corretas, e assim distanciar-se da possibilidade de possíveis infrações e multas fiscais.

Diante disso, muitos empresários devem investir em *softwares*, com o propósito de apoio à gestão empresarial tornando-se uma ferramenta essencial para todas essas mudanças, sendo basicamente utilizados para operações tributárias, estoque e faturamento das empresas.

Os profissionais da área contábil devem estar atentos às inovações, aplicando-as em sua rotina de trabalho, e àquele profissional que não se adequar a todas essas mudanças, com toda certeza enfrentará dificuldades no mercado de trabalho.

Todos os mecanismos apresentados são relevantes para desenvolver um trabalho qualificado e assim poder chegar ao objetivo desejado em relação ao SPED Fiscal.

#### 1.4 METODOLOGIA

Para a elaboração desse trabalho é necessário estabelecer os procedimentos metodológicos para desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Gil (1996, p.19) “pode se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Quanto à pesquisa, esta foi desenvolvida de forma exploratória e descritiva, por meio de pesquisas bibliográficas em acervos e periódicos com assuntos relacionados ao tema proposto, o procedimento aplicado foi levantamento ao *survey* e com abordagem quantitativa.

De acordo com Pinheiro (2010, p.22) para ter valia a pesquisa bibliográfica deve ser “[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet”. Segundo Andrade (2007, p.114) “Uma das características da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados, realizada principalmente através de questionários e da observação sistemática”.

Conforme Pinheiro (2010, p. 20) “A pesquisa quantitativa é a escolha da abordagem de quantificação da coleta de informações, do tratamento dos dados e do seu uso estatístico nas análises”.

O principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar uma ampla familiaridade com o objetivo de estudo. Neste caso, é necessário “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais de variáveis que se quer estudar”. (KOCHE, 1997, p.126)

Quanto aos objetivos da pesquisa foi atribuído um aspecto exploratório por tratar-se de um assunto novo e pouco explorado.

A pesquisa de campo foi realizada através de um questionário elaborado por treze questões objetivas, aplicada a 20 transportadoras de cargas da região AMREC, com tributação em Lucro Real e Presumido.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo destaca os principais conceitos que fundamentam a pesquisa, tais como: a origem da contabilidade e sua evolução, o processo de informatização do sistema tributário nas organizações e na área contábil, as principais mudanças com a implantação do sistema público de escrituração fiscal digital; e, a importância da qualificação profissional na utilização do Sped fiscal.

### 2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade teve sua origem por meio dos povos primitivos, sua origem está relacionada à necessidade de registros. Com o surgimento da linguagem escrita de números desenvolvidos pelos povos antigos deu-se origem a contabilidade, esta por sua vez, oriunda do Latim *computabilis*, como ressalta Silva e Martins (2009).

Com a implantação das escolas que estudavam a contabilidade destacam-se alguns personagens que marcaram de alguma forma o progresso da contabilidade. Dentre esses a forte influência vem de Luca Pacioli quem apresentou o método das partidas dobradas, originado do dito que para cada débito existe um crédito ou vice-versa, decorrente disso Luca Pacioli foi considerado na época o “pai da contabilidade”, mas para muitos historiadores contábeis, ele não foi o primeiro autor a descrever o sistema de registro contábil de partidas dobradas, esse método já havia sendo utilizado em outros países, como na Itália.

De acordo com, Cruz, Andrich e Schier (2009, p.18):

Há inúmeros documentos que comprovam a complexidade dos métodos de controle desenvolvidos por esses povos, demonstrando que as raízes históricas da contabilidade são tão antigas como as de outras ciências conhecidas, como a Matemática e a Astronomia.

Diante do cenário apresentado, mais precisamente por volta do século XIII, quando o crescimento do comércio tornava-se cada vez mais expansivo, houve a necessidade de informações mais precisas para o controle das atividades executadas na época. Schmidt e Santos (2006, p.21) salientam que “O surgimento

do comércio em grande escala desencadeou a necessidade de controle. A contabilidade despontou como o instrumento capaz de fornecer as informações necessárias para o gerenciamento dos negócios”.

De acordo com Silva e Martins (2009, p.16):

O objetivo da história da Contabilidade se prende aos atos e fatos econômicos e administrativos que em todo momento evidenciam os resultados ou pontos de chegadas das movimentações dos bens, direitos e obrigações da empresa.

A origem da contabilidade surgiu por meio da necessidade dos povos da época, efetuando dessa forma os primeiros registros contábeis, possibilitando o controle de seus bens e direitos.

## 2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Desde o surgimento das civilizações, a contabilidade passou a fazer parte da história da humanidade, diante do desenvolvimento e crescimento da época surgiu a necessidade do registro dos fatos ocorridos.

A contabilidade contribuiu de forma significativa no desenvolvimento inicial econômico da região, diante de uma sociedade participativa que estava surgindo na época. Era preciso que os registros das responsabilidades e dos montantes de participação nas sociedades ficassem corretamente guardados, segundo Schmidt (2000).

A necessidade de informações confiáveis nos mercados, em fins sociais e políticos, foram fatores fundamentais que impulsionaram esforços para regularizar os procedimentos contábeis, contextualiza Lopes de Sá (2006).

De acordo com, Cruz, Andrich e Schier (2009, p.18):

Após cinco séculos, a contabilidade continua se desenvolvendo como ciência. Atualmente, há centenas de instituições de ensino superior no país que oferecem cursos de graduação nessa área. Também proliferam os cursos de pós-graduação, cuja, procura vem aumentando a cada ano. Todo esse desenvolvimento da Contabilidade confirma o seu prestígio e a sua importância como ciência.

A contabilidade está se modernizando e cada vez mais se adequando às exigências do mundo globalizado. A antiga caneta de tinteiro utilizada para os registros no Livro Diário deu lugar aos Computadores, *Notbooks* e *tablets* que facilitam a conexão com o mundo. Os antigos guarda-livros precisaram mudar, introduzindo no dia a dia conceitos mais modernos que alteram a postura e a mentalidade cultural dos profissionais da área. A escrituração que antes era totalmente manual, gerando pilhas de papéis em diversos arquivos mortos, deu lugar à tecnologia, todo registro é compactado em arquivos virtuais e a emissão dos documentos é realizada de maneira digital, informa Banker (2011).

A evolução da contabilidade traz aos profissionais contábeis ferramentas mais precisas, os registros e obrigações contábeis que anteriormente eram feitos manualmente, hoje podem ser feitos por meio de modernos sistemas, de maneira muito mais rápida, caminhando simultaneamente com o mundo globalizado com o qual nos deparamos.

### 2.3 HISTÓRICO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

A contabilidade é a ciência que controla o patrimônio das entidades públicas e privadas, entretanto sua função é bastante diversificada, neste caso é indispensável que a escrituração esteja corretamente elaborada evitando dessa forma o descontrole no acompanhamento dos registros, destacam Silva e Martins (2009).

De acordo com o Portal EconomiaNet (2012):

Ao longo do período, desde a proclamação da República até a promulgação da constituição de 1934 a principal receita tributária brasileira advinha do imposto sobre a importação. A partir dos anos 30, houve um maior direcionamento para os impostos internos. A principal receita dos estados passou a ser o imposto sobre vendas e consignações e, dos municípios, os impostos sobre indústrias e profissões e o imposto predial.

De acordo com Pêgas (2007, p.3), “Nos anos seguintes à constituição de 1946 observou-se um aumento cada vez maior da importância dos impostos indiretos sobre produtos”. Ainda segundo o autor, na época do processo de desenvolvimento industrial sustentado, a tributação sobre os produtos e serviços domésticos passou a ser a principal fonte de receita pública.

Na década de 60 foi constituída a reforma tributária, tendo como principal objetivo aumentar a receita e implantar um sistema tributário. De acordo com alguns autores a reforma tributária obteve um resultado bastante significativo, superando as expectativas, e o sistema tributário foi considerado um dos sistemas mais modernos em todo o mundo.

No início da década de 80 já existia um certo consenso de que a reforma tributária de 1967 estava enfraquecida em vista da excessiva centralização das iniciativas tributárias na esfera federal. A utilização de impostos como instrumento de política econômica gerou diversas controversas na estrutura tributária brasileira, menciona Neto e Ruckert (2010).

Segundo Pêgas (2007, p.6):

A atual constituição Federal promulgada em cinco de outubro de 1988 trouxe profundas e importantes modificações para o sistema tributário nacional, principalmente em relação à redistribuição dos recursos entre os entes federativos. O sistema tributário pode ser considerado como importante instrumento de redução das desigualdades sociais, sendo fator decisivo na melhoria da distribuição de renda. A regra geral de tributação é a seguinte: os tributos devem ser cobrados sobre: Patrimônio e renda das pessoas físicas e jurídicas; e Consumo de bens e serviços.

A contabilidade tributária desde a década de 80 até os dias de hoje vem passando por uma série de transformações. Diante disso o sistema tributário torna-se um fato importante para economia brasileira.

## 2.4 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

A contabilidade brasileira está presenciando mudanças e atualizações, principalmente no seu âmbito tributário, diante das inovações tecnológicas. Frente a esse novo cenário, os desafios aos profissionais tornam-se ainda mais relevante.

Segundo Silva e Martins (2009, p.214). “A extensa legislação tributária brasileira vem exigindo de cada profissional que a manipula um esforço permanente para manter sempre atualizado os seus conhecimentos”.

De acordo com Ferreira (2012):

Verifica-se que nos últimos 30 anos aconteceram mudanças significativas

na legislação tributária brasileira e nos procedimentos contábeis. A escrituração feita manuscrita foi substituída pelo mecânico, e logo depois pelo eletrônico. Com isso, a classe contábil foi beneficiada no que tange a fazer a contabilidade de uma empresa, utilizando-se a partir daí a tecnologia da computação.

A contabilidade tributária brasileira caminha para uma modernização importante, com benefícios de redução de custos e agilidade operacional e de processos, que se espera revolucionar as operações comerciais, releva Carvalho (2009).

O Sistema Tributário Brasileiro, além de complexo, constantemente passa por alterações, dificultando o processo operacional nas empresas.

Segundo Cobalchini (2012):

Com as constantes modificações da contabilidade tributária ainda estamos repletos de inúmeros desafios e aperfeiçoamento constante. A contabilidade deixou de ser instrumento de simples apuração de impostos, tornando-se ferramenta fundamental para tomada de decisões e análise por parte de investidores, sócios, acionistas e o governo. Entendemos que a informação contábil deve ser adaptada a necessidade de cada cliente, gerando as informações relevantes e necessárias para os gestores tomarem decisões.

“Nos dias de hoje é impossível falar de contabilidade sem tratar diretamente da questão tributária. Por essa razão, é necessária uma sólida formação do contador nos conhecimentos inerentes ao Direito Tributário”, afirma Cruz, Andrich e Schier (2009, p.103).

São procedimentos da contabilidade tributária, apurar, conciliar e controlar os tributos de uma organização, dessa forma a contabilidade tributária torna-se uma peça fundamental e importante na apuração dos impostos.

## 2.5 GESTÃO TRIBUTÁRIA

A gestão tributária é o processo de gerenciamento direcionado dos tributos de uma organização, tendo como finalidade controlar as operações relacionadas à parte tributária.

Para Carlin (2008, p.23), gestão tributária é “[...] o controle e direcionamento das ações e operações relacionadas aos tributos das organizações em geral, visando maximizar resultados, minimizando os riscos”.

Ainda segundo Carlin (2008, p.23) são objetivos da Gestão Tributária:

- ✓ Correção de possíveis erros e/ou interpretação equivocadas quanto às obrigações tributárias;
- ✓ Avaliação de possíveis contingências tributárias e seus efeitos nos resultados;
- ✓ Maximização lícita da carga tributária;
- ✓ Avaliação dos impactos dos tributos nos preços e resultados.

As características da gestão tributária estão inteiramente relacionada aos tributos, sendo direcionadas aos processos e às pessoas. Como ferramenta de gestão a empresa poderá utilizar de um sistema contábil além do suporte informatizado visando uma melhor integração dos registros contábeis, contribui Carlin (2008).

Ainda segundo o autor (2008, p.51) “a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação de acordo com as suas modalidades: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios”.

A gestão tributária deve ser feita com bases legais, buscando sempre alternativas para o contribuinte aplicar em sua carga tributária, possibilitando a redução de seus impostos.

Conforme Fabretti (2001, p. 30) “a contabilidade, entre outras funções, é instrumento gerencial para a tomada de decisões, por isso, deve estar atualizada e emitir relatórios simples e claros para o administrador”.

Cada empresa tem sua característica própria, sendo que o objetivo principal de todas é identificar quais impostos incidem sobre a atividade da empresa e dessa forma, poder administrar e corrigir possíveis erros no cumprimento das obrigações e rotinas fiscais da empresa.

## 2.6 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Para vários autores, planejamento tributário é uma forma legal perante a lei, que visa minimizar o valor do pagamento de encargos tributários, possibilitando a redução dos impostos de forma lícita.

Para Fabretti (2001, p.30), planejamento tributário é “o estudo feito previamente, ou seja, antes da realização do fato gerador administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se planejamento tributário”.

Zanluca no Portal Tributário ressalta (2012):

O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la.

Para existência da obrigação tributária é necessário que se tenha um fato gerador, é o que aborda Carlin (2008, p.52):

[...] hipótese de incidência prevista na legislação, que, ocorrendo, faz existir a obrigação tributária, pois o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica.

Planejamento tributário consiste em um conjunto de medidas contínuas que visam à economia de tributos de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese de o fisco alterar as regras fiscais. (CARLIN, 2008, p.39).

Ainda segundo Carlin (2008), a aplicação desse recurso tem como objetivo:

- ✓ Reduzir eficazmente a carga tributária;
- ✓ Melhorar o resultado das operações; e,
- ✓ Aproveitar as oportunidades que a legislação pode proporcionar.

Diante de um planejamento podem existir dois fatores significativos, a Evasão ou Elisão fiscal.

“A evasão fiscal consiste na ação, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos de se evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento dos tributos”, menciona Carlin (2008, p.40).

“A elisão fiscal representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimo, éticos, para tentar reduzir, eliminar ou postergar a tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade (CARLIN, 2008, p.76) e, continua “[...] pelo fato de a contabilidade registrar todos os fatos econômicos de uma organização compete à mesma apurar os resultados do negócio e os reflexos do desempenho operacional”.

Entre as inúmeras funções da contabilidade, também cabe a ela repassar ao fisco o cumprimento da legislação tributária.

Para Oliveira (2005, p.183).

É imprescindível que sejam considerados todos os tributos incidentes na operação empresarial. Assim após a análise individual do tributo , podemos confrontar a redução do ônus fiscal individual com o reflexos nos outros tributos. Portanto, a integração de todas as pessoas e departamentos é essencial para um resultado efetivo. Da mesma forma, todas as empresas e unidades do grupo empresarial devem ser alcançadas pela gestão tributária, objetivando por meio de análise da carga tributária global, traçar metas de redução constante do seu custo tributário.

As empresas devem estar preparadas para tomar as decisões certas com base no planejamento tributário elaborado, possibilitando assim alcançar os objetivos desejados na forma legal, mediante a redução de seus impostos.

## 2.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA EMPRESA

Nos últimos anos as empresas estão cada vez mais investindo em *software*, com o intuito de acompanhar as inovações tecnológicas em tempos de globalização.

Para Mascove, Simkin e Bagranoff (2002, p. 23), a definição de sistema de informatização é “um conjunto de subsistemas inter-relacionados que funcionam em conjunto para coletar, processar, armazenar, transformar e distribuir informações para fins de planejamento, tomada de decisão e controle.”

O sistema de informação contribui de forma significativa a todos os setores de uma organização, possibilitando um avanço no retorno das informações desejadas.

Mediante a nova realidade fiscal, os gestores devem estar atentos a todas essas mudanças, principalmente às empresas que articulam informações, com intuito de minimizar seus encargos tributários.

Segundo Beuren (1998), os dados gerados nas organizações devem servir de suporte eficaz aos olhos dos gestores, para que o mesmo perceba a importância e a necessidade contínua dessas informações perante a organização.

De acordo com Rodriguez (2007, p. 80):

A correta administração dos dados será um importante fator a ser alcançado, garantindo consistência e integração das informações. A administração dos dados, se bem conduzida, irá simplificar consideravelmente a integração e a consolidação dos dados da organização, reduzindo o retrabalho e eliminando interfaces desnecessárias.

Para empresa, a necessidade de implantação de um sistema informatizado é de suma importância, sendo que as informações devem sempre estar coerentes com a situação atual da empresa, evitando dessa forma, informações errôneas que podem acarretar no futuro muitos problemas perante uma fiscalização.

Segundo Rodriguez (2007, p. 79) “a capacidade de gerenciar os recursos da informação de uma organização será um fator determinante na implantação de uma nova arquitetura de informações”.

Ainda conforme Rodriguez (2007, p. 108):

A tecnologia de informação é um dos importantes fatores na promoção de mudanças. Dados os atuais recursos de TI – tecnologia de informação e comunicações, o uso adequado da tecnologia se torna estratégico para a empresa. A informação não permanecerá como um privilégio de poucos e não mais continuará sendo uma fonte exclusiva de poder dentro de uma organização.

Muitos gestores estão aplicando em suas empresas a inovação da tecnologia com o objetivo de suprir as necessidades e carências que determinados setores da organização apresentam no decorrer de suas funções, dessa forma a introdução dessas inovações contribui de forma mais rápida e precisa para elaboração de processos decisórios.

LUNELLI no Portal da Contabilidade (2011) ressalta:

As empresas, cada vez mais, lançam mão da tecnologia para auxiliar seus gestores no processo decisório e na elaboração de planos estratégicos. Dentre várias alterações, vimos claramente o aumento dos sistemas integrados de gestão empresarial, os ditos ERP, que de uma forma bastante eficiente cruzam dados que foram imputados nos seus mais diversos módulos a fim de gerar relatórios detalhados sobre qualquer aspecto ou departamento da empresa.

A situação não poderia ser diferente da atual, com *softwares* otimizados e inúmeras ferramentas no mercado todas voltadas para auxiliar empresas a se inserir neste contexto vencendo, assim, os novos desafios que lhes são impostos, diante do aceleramento na inovação tecnológica. (MENDES, 2007).

Para Freitas (2010), a tecnologia da informação no cenário mundial:

[...] aponta redução do tamanho e aumento do prestígio do departamento de TI nas empresas e governos, pois os processos passaram a ganhar muita importância com seu impacto nos resultados. Contudo, caberá a um eficiente departamento de TI organizá-los, estruturá-los e gerenciá-los para conduzir convenientemente mais essa transformação vivenciada pela sociedade globalizada.

Decorrentes disso, as empresas precisam acompanhar e adaptar-se a essa nova estrutura, tornando-se dessa forma competitivas ao mercado atual.

A utilização de ferramentas de tecnologia da informação são recursos primordiais para o desenvolvimento dos dados em todos os setores da empresa, tendo como objetivo a junção das informações de forma avançada e com mais integridade frente aos dados gerados.

### 2.7.1 Tecnologia da informação aplicada na contabilidade

Perante a informatização no sistema tributário nacional, os profissionais da área contábil estão aptos para aplicar suas fiscalizações com mais eficácia, decorrente de possíveis fraudes e sonegações fiscais, cometida pelas empresas.

Para Oliveira (2003, p.17), as empresas que adotaram a contabilidade informatizada obtiveram bons resultados, sendo eles:

- ✓ Aumento da produtividade: a velocidade de processamento das informações, quando se faz uso do computador para trabalhar, gera aumento substancial da produtividade. O tempo gasto por uma pessoa ou uma equipe, para se produzir um balancete ou outro relatório da contabilidade nos sistemas convencionais é muito superior ao tempo gasto quando se utilizam sistemas informatizados.
- ✓ Melhoria da qualidade dos serviços: a impressão eletrônica por meio de boas impressoras torna o trabalho mais apresentável.
- ✓ Mais estímulo para os profissionais da área. O trabalho torna-se menos estafante e em função disso mais estimulante.
- ✓ Facilidade para a leitura prévia dos relatórios: os relatórios gerados pelos sistemas podem ser lidos previamente, evitando possíveis erros, antes de serem impressos.

- ✓ Atendimento às exigências dos órgãos quanto ao cumprimento de prazos.
- ✓ Facilidade de acesso às informações da empresa: o acesso às informações é feito de maneira rápida por meio de sistema, localizando um lançamento, informando o saldo ou ainda demonstrando a evolução da receita e das despesas por meio de relatórios.
- ✓ Maior segurança das informações: devido aos recursos de proteção dos arquivos de dados, por meio de segurança ou backup, o que permite a integridades das informações.
- ✓ Menos espaço físico nos ambientes de trabalho: Os equipamentos de informática. ocupam pouco espaço físico cabendo em qualquer canto de uma sala. Os arquivos de discos flexíveis(disquetes) facilitam a guarda e manuseio das informações já processadas. E são bem mais fáceis de ser organizados e guardados do que os arquivos de papéis.

Segundo o autor, os resultados apresentados somam pontos positivos com a implantação da informática, levando em consideração as necessidades operacionais e organizacionais da instituição.

Segundo Sanches (2011):

A Tecnologia da Informação vem a ser nesse momento a grande aliada de empresários e Profissionais, o sistema a partir de nuvens permite informatizar nossos clientes em banco de dados únicos, reduzindo custos e proporcionando segurança nos processos interno de forma que possamos atender o leiaute dos arquivos digitais.

A importância destas ferramentas vai além da simples organização dos setores das empresas, mas também integrar sistematicamente os demais setores como o setor contábil, enviando dados ao contador, ou ao responsável pela contabilidade.

Para Carvalho (2009):

A Tecnologia da Informação, juntamente com a Contabilidade, permitiu que fossem dadas novas características às transações e análises econômicas e financeiras das empresas, com a introdução de novos modelos gerenciais, fazendo com que, atualmente, a Contabilidade possa utilizar-se de documento eletrônico que oferece mais rapidez e agilidade no trânsito das informações.

Esta ferramenta impossibilita ou dificulta algumas práticas aplicadas a sonegação fiscal utilizada por determinadas empresas, além de agilizar o processo de informações, evitar erros e dados inconsistentes.

Conforme Ferreira (2012, p.10):

Com a utilização de sistemas inteligentes, a empresa é vista como um todo, e ao mesmo tempo como unidades distintas. O setor contábil é uma das áreas que mais absorve essa nova realidade, pois são utilizados desde programas criados especificamente para as operações de registro até programas contábeis onde são gerados todos os relatórios legais e gerenciais que as empresas necessitam.

O Sistema de Informação Contábil (SIC) possui alguns aspectos que o torna diferenciado dos demais sistemas de informação, por gerar informações em formatos direcionados pelas diretrizes contábeis, contribuindo de forma relevante para o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e, conseqüentemente para o processo decisório das organizações, afirma Ferreira (2012).

A tecnologia da informação é um forte aliado no segmento contábil, pois cada vez mais torna-se necessária uma melhor qualidade nas informações contábeis.

## 2.8 DEFINIÇÃO SOBRE ICMS

No Brasil existem vários tributos incidentes sobre um fato gerador, para cada tributo aplica-se uma base de cálculo e uma determinada alíquota.

Para Cruz, Andrich e Schier (2009, p.103) “Tributo é todo o valor compulsório cobrado pelo poder Público e pago pelo contribuinte, vinculado a uma atividade geradora”.

Segundo Pegás (2007, p.115):

A Constituição Federal de 1988 permitiu aos estados e ao Distrito Federal instituírem o imposto sobre operação relativa à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Intermunicipal e Interestadual e de Comunicações (ICMS), mais conhecido como ICM e que ganhou o S na última Carta Magna.

O ICMS, como mencionado, é o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, sua regulamentação constitucional está prevista na Lei Complementar 87/1996.

De acordo com Cruz, Andrich e Schier (2009, p.103) quando se fala de ICMS: Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços:

Trata-se do imposto relativo as transações de compra e venda de mercadorias e serviços, onde a empresa recolherá as autoridades fiscais apenas a diferença a maior entre o imposto devido pelas vendas e o imposto ocorrido por ocasião das aquisições, sendo gerado pela diferença entre o preço de compra e o preço de venda. É um imposto estadual, de forma que sua alíquota pode ser diferente de um Estado para outro.

A regulamentação da Constituição Federal dispõe sobre o ICMS no artigo 155, parágrafo 1º, inciso 2º, que trata da autorização para cobrança dos impostos estaduais, logo no 2º parágrafo são apresentados alguns desdobramentos em relação à cobrança do ICMS (PÊGAS, 2007):

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Emenda Constitucional nº3, de 1993.

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

A alíquota do ICMS é determinada pelos Estados individualmente conforme dispõe a CF/88, as alíquotas internas são fixadas por Lei Estadual, observando os limites constitucionais e as alíquotas externas, as quais são determinadas por resolução do Senado Federal.

## 2.9 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

O sistema público de escrituração digital foi instituído pelo Decreto Federal 6.022/07 e atualmente vem tornando-se um assunto cada vez mais comentado e estudado em seu âmbito profissional, sendo constituído por três subsistemas: Escrituração Fiscal digital - EFD, Escrituração Contábil Digital - ECD e Nota fiscal Eletrônica – NF-e.

Neste projeto, o governo se uniu às empresas com um objetivo comum de mudar a forma de emissão e armazenamento de documentos fiscais, além de alterar

a escrituração fiscal e contábil, incluindo todos definitivamente na era da informática, salienta Mariano e Azevedo (2009).

Segundo Roberto Dias Duarte (2008), a condição imprescindível para qualquer *software* no mundo pós-SPED deve ser a integração de dados entre as operações empresariais básicas: faturamento, finanças, estoque, contabilidade e fiscal.

O SPED afetara a todos, sem distinção. Os impactos serão sentidos em todas as áreas desde a infra-estrutura tecnológica, passando pelos processos e procedimentos, pela comunicação atingindo até mesmo a evolução cultural das pessoas, segundo Aliz (2008).

De acordo com Carlin (2008, p.48):

Instituído pelo Decreto Federal 6.022/07, o Sped (sistema público de Escrituração Digital) deverá ser um dos mais importantes meios de informatização do cumprimento das obrigações acessórias e das relações entre o fisco e os contribuintes, através da transmissão eletrônica das informações exigidas dos contribuintes pela administração tributária da Receita Federal, bem como dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

“A implantação do Sped visa redução de custos operacionais e burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, fortalecendo o controle e a fiscalização” (CARLIN, 2008, p.50).

Conforme o Decreto 6.022/07:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Segundo IBEF SP “O sistema público de Escrituração Digital é um projeto implantado através de um acordo nacional das autoridades tributárias, visando integrar os dados dos contribuintes aos fiscos municipais, estaduais e federais”.

De acordo com a Receita Federal:

O Sped, no âmbito da Receita Federal, faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que

consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística adequados.

A implantação do sistema público digital é uma nova ferramenta aliada à tecnologia e modernização, que atualmente está sendo utilizada para o cumprimento das obrigações acessórias das empresas enquadradas nessa obrigatoriedade.

De acordo com o descritivo do site da Receita Federal os benefícios com a implantação do SPED são os seguintes:

- ✓ Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- ✓ Eliminação do papel;
- ✓ Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- ✓ Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- ✓ Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- ✓ Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- ✓ Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- ✓ Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- ✓ Rapidez no acesso às informações;
- ✓ Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- ✓ Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- ✓ Redução de custos administrativos;
- ✓ Melhoria da qualidade da informação;
- ✓ Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- ✓ Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- ✓ Redução do "Custo Brasil";
- ✓ Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- ✓ Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Diante dos benefícios apresentados percebe-se que fisco e contribuinte serão de alguma forma beneficiados com a implantação do SPED, promovendo a atuação integrada dos fiscos federais, estaduais e, futuramente municipais, a partir da padronização e racionalização das informações de natureza fiscal, contábil, financeira e previdenciária, relaciona Borges (2010).

O projeto SPED também causara pontos negativos para as organizações bem como aos profissionais da área. Portanto, dentre os aspectos negativos destaca-se:

- ✓ Elevado custo e dificuldades de implementação do sistema;
- ✓ Obrigatória rapidez na entrega das informações dos contribuintes aos fiscais;
- ✓ Excessiva exposição do contribuinte e aumento no detalhamento das informações.
- ✓ Multa pela não entrega dos arquivos;

O objetivo principal do SPED é uniformizar as informações, aumentando dessa forma a fiscalização por meio do cruzamento dos dados, reunindo os principais impostos, como o ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS.

## 2.10 EFD – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

O Sped Fiscal consiste na modernização do cumprimento das obrigações acessórias, sendo transmitidos pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores, no qual contém um conjunto de documentos fiscais e informações de interesse do fisco das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil.

De acordo com menções do site da Receita Federal:

A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes ICMS ou do IPI (Livros RICMS, RIPI, Registro de Inventário e de Entradas / Saídas). A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2009, para todos os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. O arquivo digital da EFD deverá ser enviado até o quinto dia do mês subsequente ao encerramento do mês da apuração.

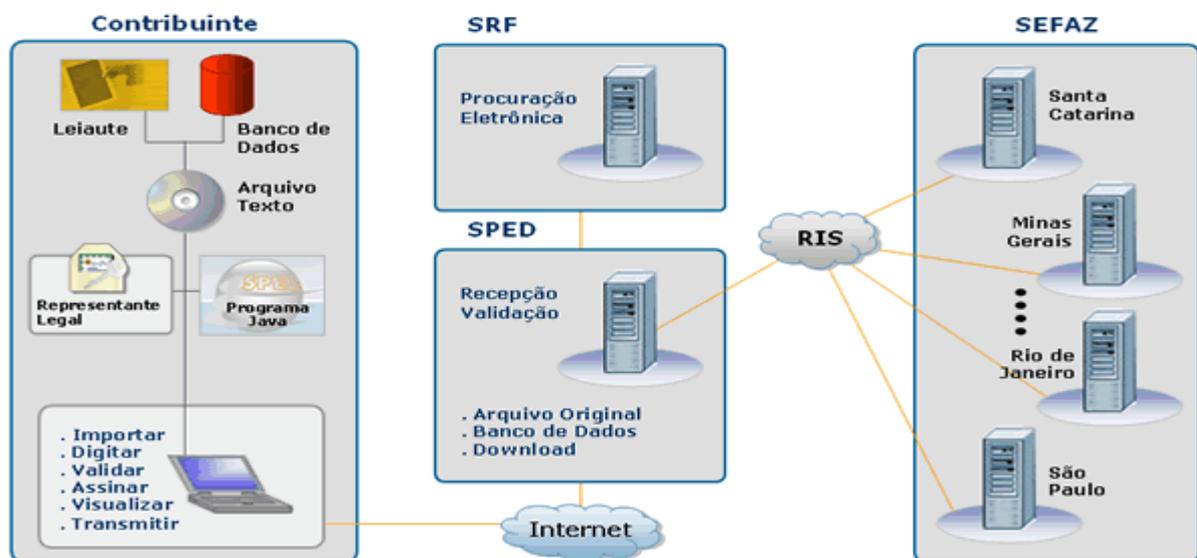
O contribuinte deverá manter e gerar uma Escrituração Fiscal Digital para cada estabelecimento, contendo todas as informações necessárias referentes aos períodos de apuração dos impostos apresentados.

Diante dos dados gerados pela empresa, a mesma deverá gerar um arquivo digital conforme *layout* estabelecido em Ato Cotepe, devendo conter todos os documentos fiscais necessários e outras informações de interesse do fisco federal e estadual, referente ao período de apuração dos impostos de ICMS e IPI, sendo que o arquivo deve ser importado e validado pelo programa validador e assinador fornecido pelo próprio Sped, destaca Young (2009).

A transmissão do arquivo digital somente terá validade, para efeitos fiscais, após a confirmação de recebimento do arquivo, entretanto não basta que seja feito a escrituração, mais sim é necessário o envio e confirmação do recebimento para que a EFD se torne válida, continua Young (2009).

Ainda de acordo com o mesmo autor (2009, p.150) “destaca-se que a recepção e validação dos dados relativos á EFD serão realizados no ambiente nacional do SPED, e administrado pela Secretária da Receita Federal do Brasil, com imediata retransmissão a respectiva unidade federada”.

Abaixo segue Diagrama do SPED Fiscal.



**Figura 2: Diagrama SPED Fiscal.**

Fonte: Receita Federal do Brasil

É de responsabilidade do contribuinte, manter seus arquivos digitais, bem como os documentos fiscais que originaram a escrituração, guardados na forma e prazo estabelecido conforme legislação tributária (YOUNG, 2009).

O Sped Fiscal aplica-se principalmente aos profissionais da área contábil, profissionais de tecnologia da informação e demais profissionais que necessitam de informações para utilização dos procedimentos de geração e transmissão do arquivo digital, de acordo com a legislação vigente. (YOUNG, 2009).

Diante da implantação da Escrituração Fiscal Digital, existem alguns benefícios relevantes para as pessoas que utilizarem desse mecanismo.

De acordo com informações do site da Receita Federal os benefícios do SPED Fiscal são:

- ✓ Melhor intercambio e compartilhamento de informações entre os fiscos.
- ✓ Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições.
- ✓ Fortalecimento do controle e da fiscalização.
- ✓ Aumento na confiabilidade da nota fiscal
- ✓ Melhoria no processo fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre o fisco.
- ✓ Redução de custo no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito.
- ✓ Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.
- ✓ Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais secretarias de fazenda estaduais.
- ✓ Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas administrações tributárias devido ao compartilhamento das informações e das NF-e.
- ✓ Rapidez no acesso às informações.
- ✓ Eliminação do papel.
- ✓ Aumento da produtividade da auditoria pela eliminação dos passos para coleta dos arquivos.
- ✓ Possibilidade de cruzamento eletrônico de informações.

Decorrente dos benefícios apresentados fica evidente que toda essa inovação tecnológica, visa uma melhoria em todos os sentidos para fisco e contribuintes.

De acordo com Carlin (2008, p.49) a Escrituração Fiscal Digital:

Visa a padronização dos controles eletrônicos que atualmente os contribuintes e seus contabilistas utilizam para a escrituração e apresentação de documentos exigidos pelo fisco; por exemplo, as obrigações impostas na esfera estadual adotados pelo Sefaz. Com a implantação do Sped o contribuinte ficará desobrigado da apresentação das informações e documentações exigidas pela administração tributária que assim poderá racionalizar as operações de fiscalização, recepção, processamento e cruzamento de informações.

Segundo Young (2009) com a implantação do EFD o contribuinte substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros: Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI, e, Registro de Apuração do ICMS.

É importante ressaltar, que as informações repassadas são distintas para cada estabelecimento, ou seja, os dados enviados serão compartilhados com as unidades federadas de localização dos estabelecimentos da empresa, por meio do SPED Fiscal. Destaca-se que as informações serão enviadas somente à respectiva unidade de federação, onde se encontra o estabelecimento da pessoa jurídica.

Um dos principais objetivos com a implantação da Escrituração Fiscal Digital será a padronização dos controles, gerando arquivos eletrônicos, transmitidos em tempo real pela empresa via internet, facilitando dessa forma a fiscalização e o cruzamento das informações.

#### 2.10.1 Obrigatoriedade

O Regulamento do ICMS-SC, Anexo11, art. 25, determina que a partir de 1º de Janeiro de 2009 os contribuintes:

- a) cuja soma do valor contábil das saídas realizadas pelo conjunto dos seus estabelecimentos localizados neste Estado, informado na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME, referente ao exercício de 2007, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- b) prestador de serviços de comunicação e de telecomunicação e fornecedor de energia elétrica, que emitiu em 31 de julho de 2008 seus documentos fiscais em uma única via por sistema eletrônico de processamento de dados, de acordo com o estabelecido no Anexo 7, Seção IV-A;

O mesmo Regulamento determina ainda que, a partir de 1º de Janeiro de 2012 os contribuintes:

- V- cuja soma do valor contábil das saídas realizadas pelo conjunto dos seus estabelecimentos localizados neste Estado, informado na Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME, referente ao exercício de 2010, seja igual ou superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), exceto quanto aos contribuintes já obrigados de acordo com o inciso I.

E ainda, de acordo com inciso IV do Regulamento do ICMS-SC, Anexo11, art. 25 que diz:

- VI – a partir de 1º de janeiro de 2013 para os contribuintes não abrangidos pelo disposto nos incisos I a V, excetuados os optantes pelo Simples Nacional.  
§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2009 os contribuintes não obrigados à EFD, excetuados os optantes pelo Simples Nacional, poderão optar de forma irrevogável pela sua utilização, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Estado da Fazenda.

Para os demais contribuintes não mencionados nos dispostos dos incisos I e V, será obrigatório a partir de 1º de Janeiro de 2013.

## 2.11 CERTIFICADO DIGITAL

Para transmissão dos arquivos gerados pelo SPED será necessária a validade jurídica, para isso as empresas precisam obter uma assinatura digital, sendo adquirido por meio do certificado digital.

Segundo Borges (2012):

A Certificação Digital, criada pela Medida Provisória 2.200-2, de 17 de agosto de 2001 e regida pelas regras instituídas no ICP Brasil possibilitou a entrada definitiva do governo na era digital, eliminando assim, o mundo fiscal em papel e ao mesmo tempo desburocratizando processos, mesmo que ainda precariamente. Isso só foi possível com a Certificação Digital porque ela garante a autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos em forma eletrônica.

Conforme Young (2009, p.19) “um certificado digital contém os dados de seu titular, tais como: nome, CPF, chave pública, nome e assinatura da autoridade certificadora que emitiu. É como se fosse uma carteira de identidade virtual”.

O certificado digital pode ser feito em nome da pessoa física chamado de e-CPF, ou de pessoa jurídica chamada de (e-CNPJ).

De acordo com Young (2009, p.151):

O arquivo digital deve ser submetido a um programa validador, fornecido pelo SPED, por meio de *download*, o qual verifica a consistência das informações preparadas no arquivo. Após essas verificações o arquivo deve ser assinado por meio de certificado digital, tipo A1 ou A3, emitido por autoridade certificadora credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- Brasil.

O site da Receita Federal afirma que: “a assinatura e certificação digital são componentes necessários para a segurança e eficácia probatória do ambiente eletrônico”, e informa:

O ICP-Brasil é um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, implementado pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Abaixo, algumas informações sobre o Certificado Digital: tipo de certificado, forma de armazenamento e responsável pela assinatura.

Descrição	Sped Fiscal (EFD)	Sped Contábil (ECD)	Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
Tipo do Certificado	e-CNPJ, e-CPF, e-PJ	e-CPF	e-CNPJ, e-PJ (e-NFe)
Forma de armazenamento	A1 (computador) ou A3 (token ou cartão)	A3 (token ou cartão)	A1 (computador) ou A3 (token ou cartão)
Quem assina	Representante legal ou procuradores	Contabilista e representantes da empresa perante à Junta Comercial	Pessoa Jurídica emissora do documento fiscal

**Quadro 1: Tipos de certificados, forma de armazenamento e responsável pela assinatura.**

Fonte: <http://www.portaldosped.com.br/pagina/certificacao-digital>

É importante salientar que somente por meio da certificação digital o usuário poderá transmitir seu arquivo digital para o órgão competente, finalizando dessa forma o envio mediante a sua assinatura digital.

E, vale ressaltar que, de acordo com Certisign (2012) “O sistema tributário e fiscal brasileiro vem mostrando sinais de evolução nos últimos anos, para agilizar a dinâmica de processos e proteger a comunicação com os contribuintes”.

A certificação digital é uma ferramenta que visa auxiliar os profissionais da área contábil e as organizações no processo de transmissão dos dados gerados, proporcionando autenticidade e comodidade.

De acordo com Young (2009, p.19), os principais requisitos de segurança oferecidos por uma assinatura eletrônica são:

**Confiabilidade:** garantia de que somente as pessoas envolvidas no processo terão acesso às informações transmitidas de forma eletrônica pela rede.

**Integridade:** garantia de que o conteúdo de uma mensagem ou resultado de uma consulta não será alterado durante seu tráfego.

**Autenticação:** garantia de identificação das pessoas ou entidades envolvidas na comunicação.

**Não repúdio:** garantia de que o emissor de uma mensagem pessoa que executou determinada transação de forma eletrônica não poderá posteriormente negar sua autoria.

Ainda de acordo com Young (2009, p.151) “As regras de validação podem ser alteradas a qualquer tempo, visto que têm por finalidade, verificar as consistências das informações prestadas pelos contribuintes”.

Após ser gerado, o arquivo deve ser assinado digitalmente, tornando-se uma transação realizada eletronicamente, de forma segura e com validade de efeitos fiscais. Tendo em vista que o prazo de validade referente a certificação digital é determinada entre um e três anos dependendo do tipo de certificação aderida.

## 2.12 DESAFIO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

Mediante ao avanço das inovações tecnológicas que constantemente estão surgindo na área contábil, os profissionais desse ramo precisam ficar atentos à atualização de seus conhecimentos, o que é uma necessidade fundamental imposta nesta área de atuação.

Segundo Revista brasileira de contabilidade (2007, p.26):

As relações de trabalho vêm sendo modificados ao longo da história, porém o processo de racionalização ou fragmentação do trabalho está presente em nosso paradigma produtivo desde a superação do trabalho artesanal até hoje na era pós-industrial.

Nos últimos anos a contabilidade vem passando por uma série de mudanças e atualizações, as quais devem ser absorvidas por todos os profissionais da área, é indispensável que nesse momento a classe contábil busque conhecimento por meio de estudos e treinamentos que favoreça o desempenho no trabalho realizado.

Segundo Revista brasileira de contabilidade (2007, p.24):

Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que afetam a maior parte do trabalho de uma pessoa e que se relacionam com o desempenho no trabalho, a competência pode ser mensurada quando comparada com padrões preestabelecidos e desenvolvida por meio de treinamento.

As mudanças causadas na rotina dos profissionais contábeis, com os impactos da evolução tecnológica, afetam principalmente a cultura de trabalho

desenvolvida anteriormente por esses profissionais, sendo que alguns ainda resistem às novas tecnologias apresentadas.

Conforme Portal de Contabilidade (2011):

O profissional contábil, ainda que seja difícil, pode delegar mais atribuições rotineiras a assistentes enquanto que ele poderia certamente contribuir ativamente com seus conhecimentos contábeis e gerenciais com os novos rumos da organização. É a diferença para que possa projetar-se como um profissional útil e bem remunerado, reconhecido na organização que atua.

Hoje, a função do contabilista não se limita apenas ao âmbito fiscal. Os profissionais contábeis durante muito tempo estagnaram-se basicamente na rotina de escrituração contábil e fiscal esquecendo-se de oferecer e exercer funções que possam valorizar sua profissão.

De acordo com o Portal do Empresário Contábil (2010):

Se para a maioria dos contadores o Sped parece ser uma ferramenta positiva e necessária para as transações de mercado, essa opinião encontra contraponto nas palavras dos mais antigos profissionais da área. Oriundo de uma geração de contadores que não teve o computador como aliado desde o início de sua carreira.

O SPED, numa análise mais ampla, permite que o contabilista se modernize e se capacite em relação à nova tecnologia, tendo, portanto, mais tempo para atuar como parceiro de negócios da empresa, com visão crítica da atividade que realiza, ressalva Carvalho (2009).

Com o passar dos anos, a contabilidade tem sofrido constantes mudanças, não apenas legais, mas na prática. Esta evolução se faz necessária pelo próprio mercado a fim de receber informações cada vez mais detalhadas, confirma Lunelli (2011).

Diante desse fato, é necessário que o profissional contábil esteja preparado para todas essas mudanças e avanços da área contábil, pois é necessária a construção para que o processo de mudança ocorra dentro de um entendimento comum das partes envolvidas, também é necessário entender quais os benefícios que esta mudança deve proporcionar a quem utilizar, revela Rodriguez (2007).

Para todo profissional, independentemente da área de atuação é de suma importância, muitas vezes, uma mudança em sua rotina de trabalho, na maioria das vezes essa necessidade torna-se uma exigência, para que o mesmo possa permanecer no mercado de trabalho.

Segundo Zanluca, mencionado no Portal da contabilidade (2011):

O contabilista precisa conhecer e utilizar-se de relações humanas, além de técnicas de administração. Não pode ficar alheio ao mundo que o cerca, e precisará ler continuamente, tornando-se um autodidata por excelência. Precisa ser ético, ter capacidade de inovar e criar, desenvolvendo também sua capacidade de adaptação - pois mudanças fazem parte do cenário empresarial e corporativo.

Os profissionais da área contábil enfrentam uma fase de transição que está alterando não só o modo como são formados, mas também seu processo de atualização e capacitação, além da exigência, assumindo uma nova postura de atuação.

Conforme, Esperendio, Melo e Mata (2010):

É fundamental que com os avanços naturais da revolução tecnológica que vivemos, o profissional contábil sabe que a constante atualização de seus conhecimentos é uma necessidade e uma exigência imposta pela sua área a necessidade de mudanças no perfil do profissional contábil torna-se inevitável. O bom profissional deverá estar atento às inovações e tendências tecnológicas aplicando-as em sua atividade diárias.

Os impactos causados com o avanço da tecnológica da informação, em relação às alterações na legislação tributária e na sua nova forma de escrituração fiscal, trazem um desafio ainda maior para todos os contadores e profissionais da área diante das suas atividades profissionais. De acordo com muitos autores, existe um desafio muito grande e serão necessários investimentos em bancos de dados e *software* para suportar toda essa evolução. Desta forma, serão destaques os profissionais que estiveram à frente de toda essa evolução, buscando sempre inovação e atualização na carreira profissional.

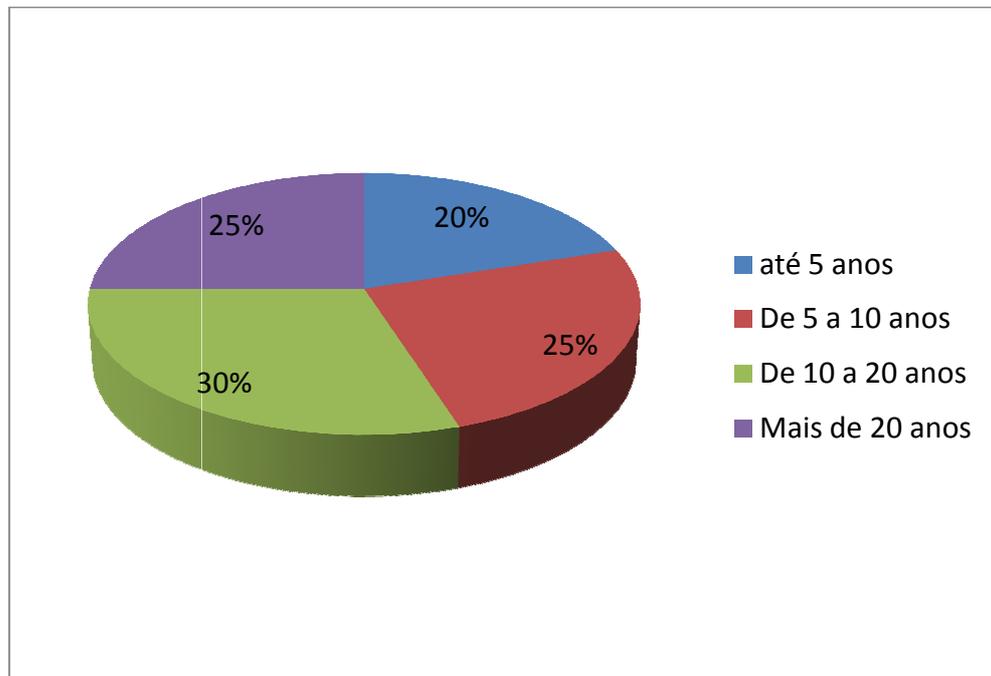
### 3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo deste trabalho foi elaborada por meio de questionários avaliativos enviados a vinte empresários no seguimento de Transportes Rodoviários de Cargas da região AMREC, entre eles constam sob tributação em Lucro Real e Presumido. O objetivo dessa pesquisa foi analisar os impactos causados nas instituições com a implantação do SPED Fiscal.

Com base nos questionários respondidos pretende-se avaliar como as empresas, bem como seus gestores estão adequando-se a essa nova modernização do sistema público de escrituração fiscal digital. Observando dessa forma qual o nível de adequação e adaptação encontram-se atualmente.

#### 3.1 TEMPO DAS EMPRESAS NA REGIÃO AMREC

Neste primeiro momento houve a intenção de conhecer mais sobre as empresas em estudo, sendo assim a primeira pergunta foi elaborada com o intuito de saber a quanto tempo as transportadoras estão em atividade no mercado.



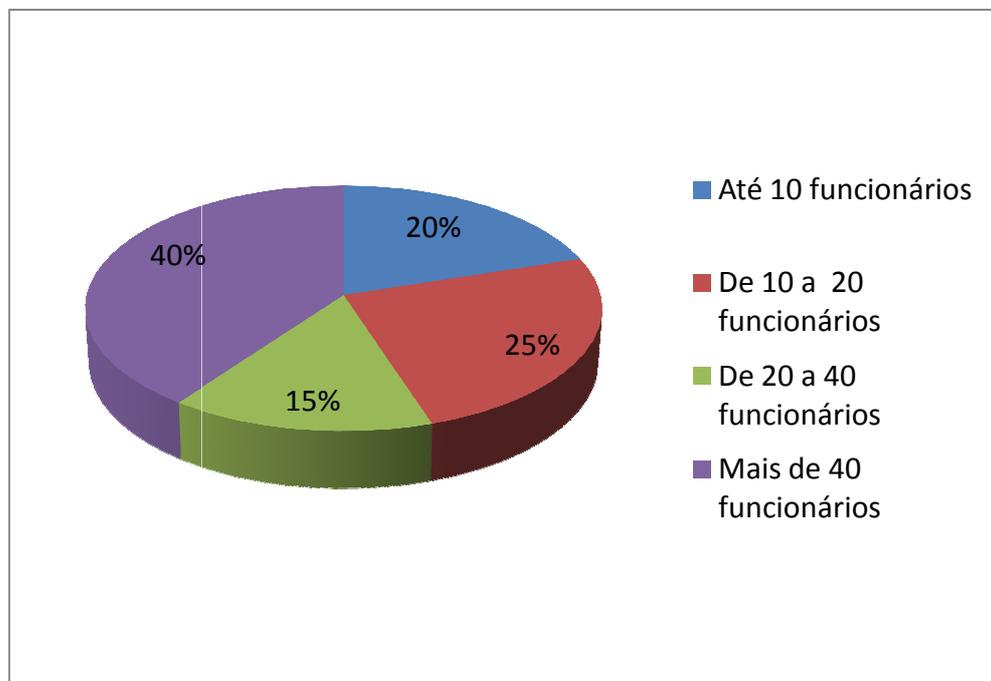
**Gráfico 01: Tempo das Empresas Região AMRE.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

Verifica-se que há um ponto de equilíbrio entre o tempo de atividade das empresas. Analisando o gráfico é perceptível que 80% das transportadoras está há mais de 5 anos no mercado, isso indica um percentual elevado de estabilidade na região.

### 3.2 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Na elaboração dessa pergunta houve a necessidade de conhecer a quantidade de funcionários que cada empresa possui, possibilitando obter um comparativo entre as organizações em estudo.



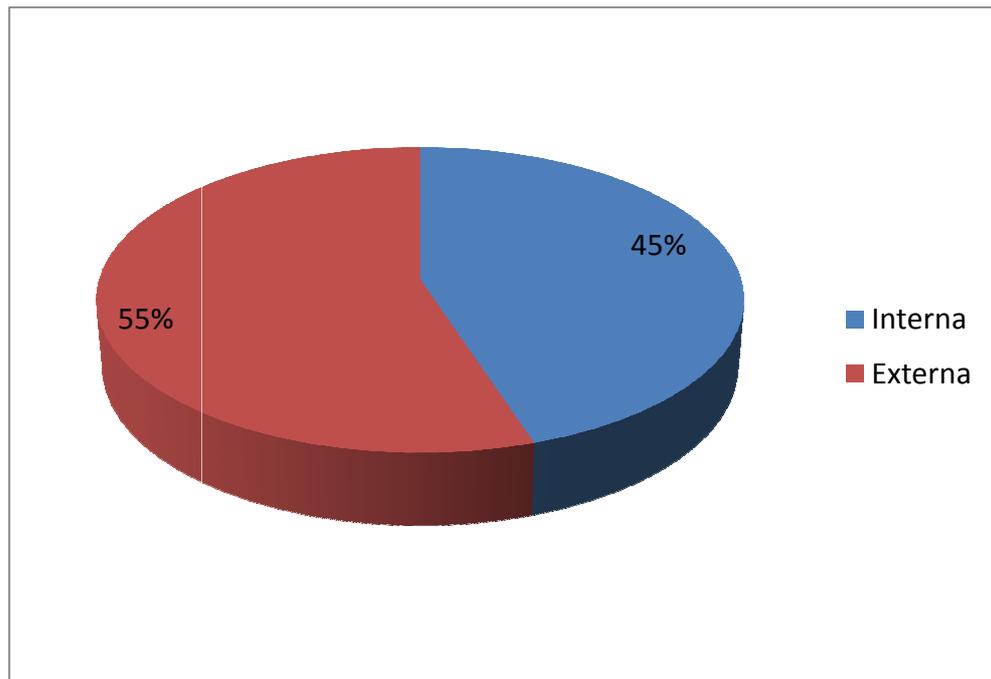
**Gráfico 02: Número de Funcionários.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

Em análise percebe-se que 40% dos entrevistados possui um quadro com mais de 40 funcionários, sendo que dos que responderam ter mais de 40 funcionários, 50% possuem empresa entre 05 a 10 anos. Diante da estimativa conclui-se que as empresas com menor tempo no mercado estão evoluindo com mais velocidade comparado com as demais que estão há mais tempo nesse ramo de atividade.

### 3.3 CONTABILIDADE DA EMPRESA

Esta questão foi formulada com o objetivo de saber se a contabilidade das empresas em estudo é “Interna” ou “Externa”, possibilitando posteriormente fazer comparativos relevantes mediante tal resposta.



**Gráfico 03: Contabilidade da Empresa.**

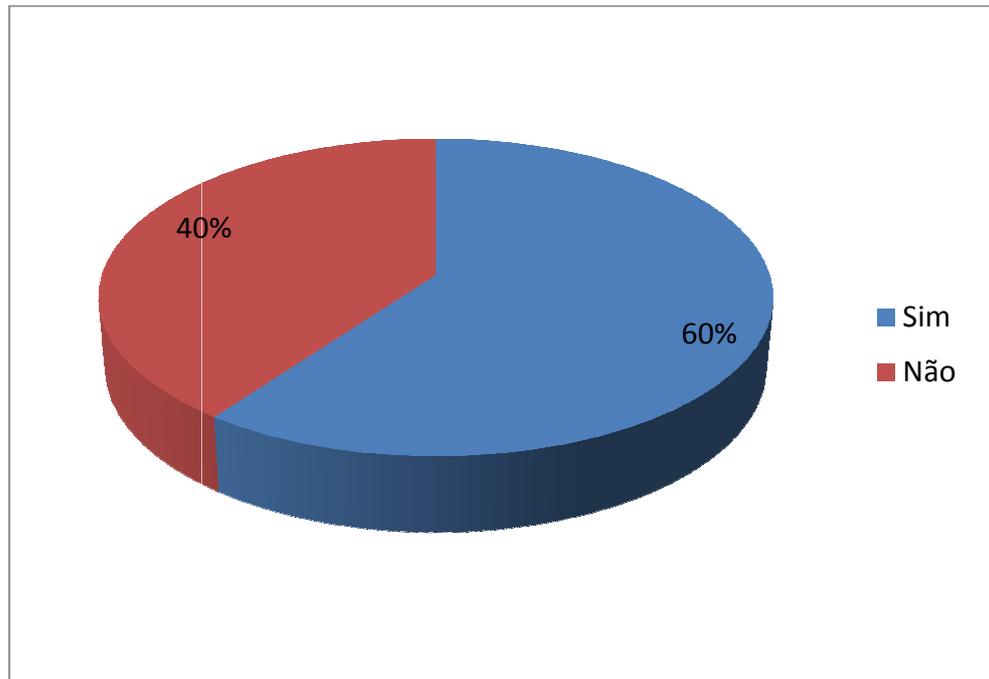
Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

Dentre as respostas apresentadas 55% possuem sua contabilidade externa, ou seja, prestada por terceiros, e 45% dos entrevistados possui um setor de contabilidade na própria instituição.

Observando a correlação desta pergunta, verificou-se que das empresas que possuem contabilidade internamente, 78% delas contam com mais de 40 colaboradores, sendo essas empresas de maior porte.

### 3.4 SISTEMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI)

Por meio desta pergunta pretende-se avaliar a participação das empresas em relação aos investimentos feitos em sistema de tecnologia de informação (TI).



**Gráfico 04: Sistema de Tecnologia da Informação TI.**  
Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

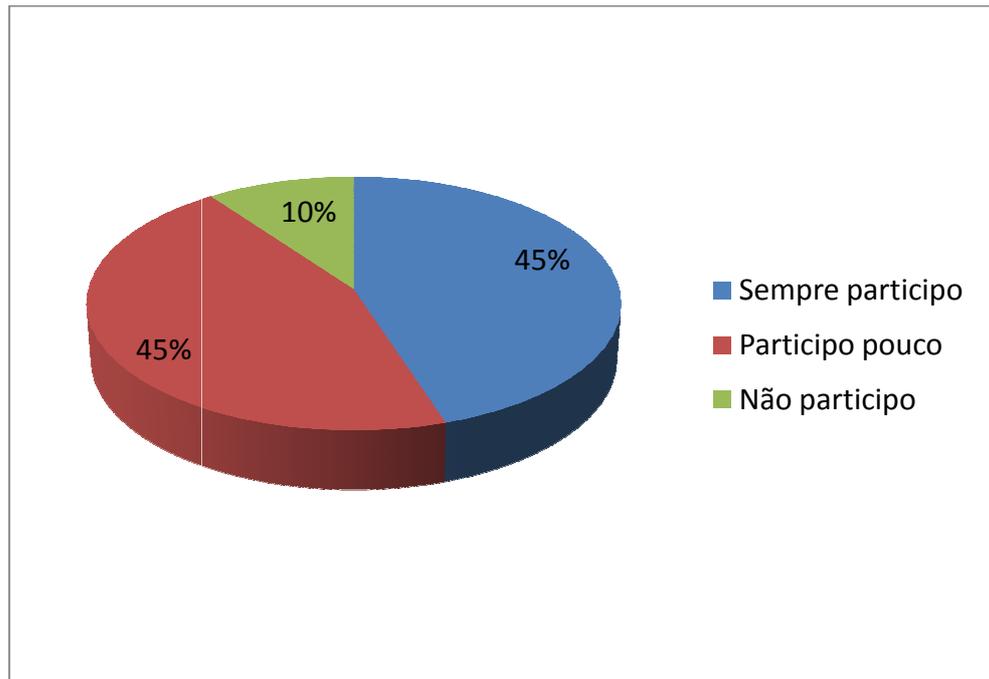
Dentre os entrevistados, 60% responderam possuir sistema de tecnologia da informação (TI), desses, 75% têm suas contabilidades internas.

Em outra análise verificou-se que dos 40% que responderam “não”, têm um sistema de tecnologia (TI), 100% têm sua contabilidade externa.

Desta forma, conclui-se que as empresas com contabilidade interna visam investir mais em sistemas de tecnologia da informação, possibilitando um melhor desempenho em suas atividades.

### 3.5 NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A CONTABILIDADE DA EMPRESA

A pergunta de número cinco foi elaborada com a intenção de saber qual o nível de participação dos empresários em relação a contabilidade de sua empresa.



**Gráfico 05: Nível de Participação em Relação a Contabilidade da Empresa.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

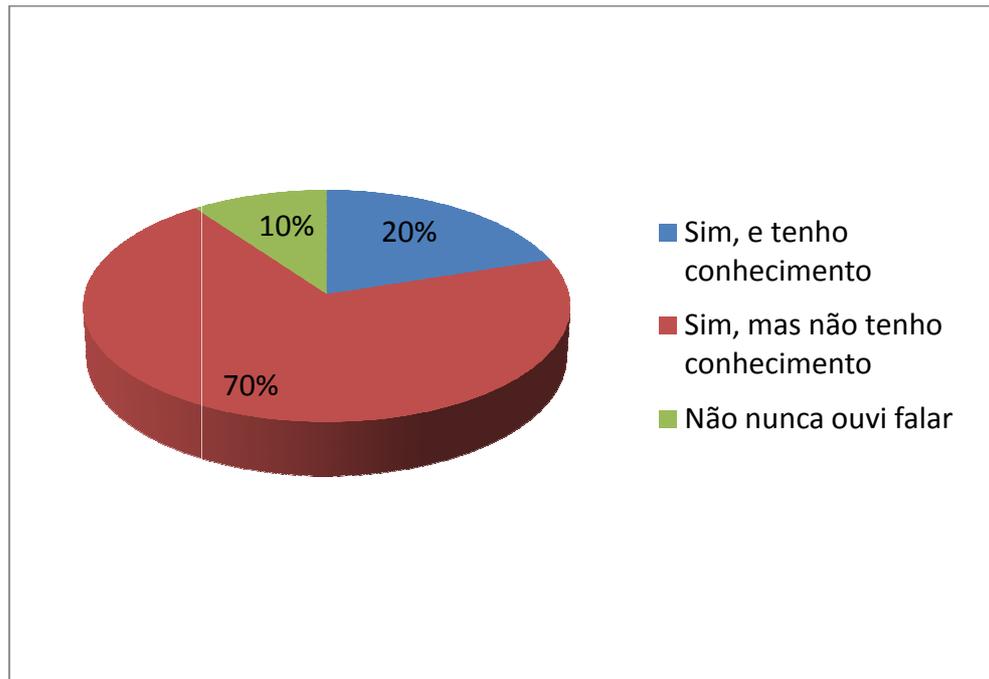
Com base no gráfico apresentado, foi analisado que 45% dos entrevistados afirmaram “Sempre participa”, por meio desses foram feitas correlações que apresentaram os seguintes dados, dos 45% que responderam “sempre participo” 78% têm sua contabilidade interna.

Em outra análise verificou-se que dos 55% que responderam “Participo pouco” e “Não participo”, 82% possuem sua contabilidade externa.

Diante disso percebeu-se que as organizações com contabilidades terceirizadas obtêm um nível de participação praticamente nulo em relação ao setor de contabilidade da mesma.

### 3.6 CONHECIMENTO AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Essa pergunta foi elaborada com intuito de avaliar o nível de conhecimento dos empresários em relação ao SPED Fiscal. Possibilitando também uma análise de correlação com as respostas de questões anteriores.



**Gráfico 06: Conhecimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

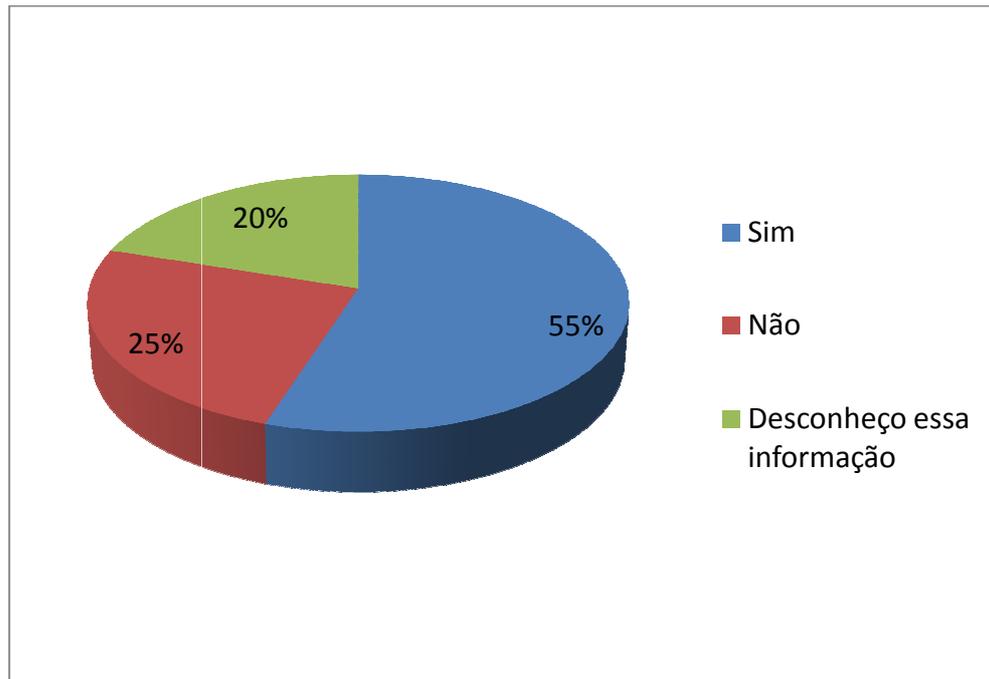
Diante dos entrevistados que obtiveram como resposta “Sim, mas não tenho conhecimento”, 30% desses afirmaram na pergunta de número cinco que sempre participaram da contabilidade de sua empresa, tendo em vista que essa questão entra em contradição com a pergunta atual. Observa-se ainda que dos 70% que responderam ouvir falar, mas não ter conhecimento do SPED 40% mantém sua contabilidade externamente.

Outra observação foi que dos 20% que responderam “Sim, e tenho conhecimento”, 75% têm sua contabilidade interna e sempre participa da mesma.

Os 10% dos entrevistados que responderam “Não, nunca ouvi falar”, 100% desses possuem sua contabilidade externa e não encontram-se na obrigatoriedade atualmente.

### 3.7 EMPRESAS NA OBRIGATORIEDADE DE TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL

Esta pergunta pretende verificar quais empresas encontram-se atualmente na obrigatoriedade de transmissão do SPED Fiscal.



**Gráfico 07: Empresas na Obrigatoriedade de Transmissão do SPED Fiscal.**  
 Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

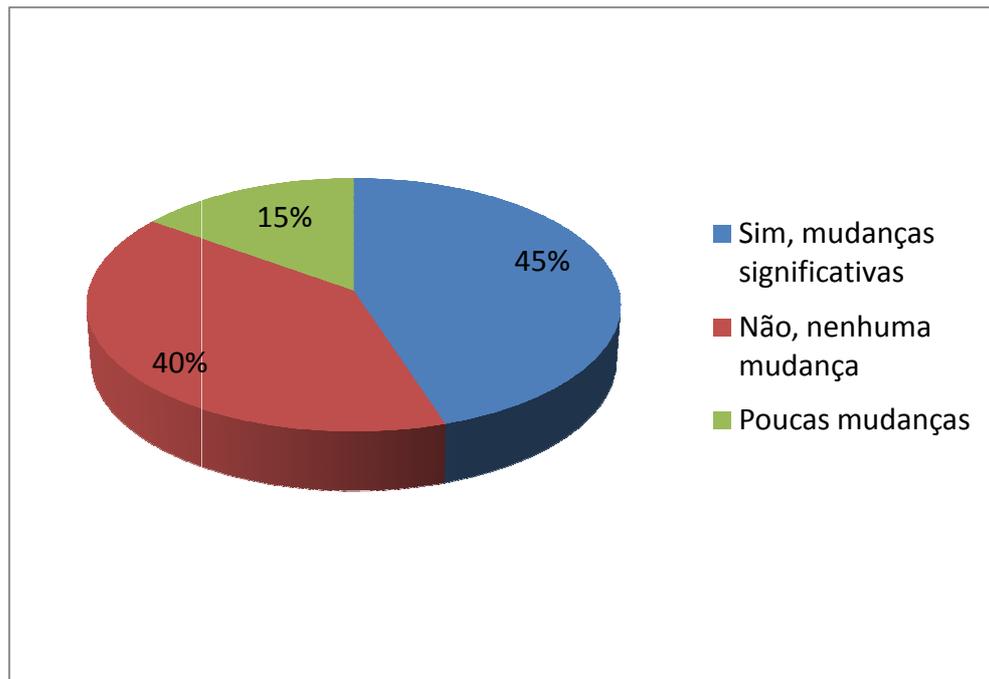
Com base no gráfico apresentado, 55% dos entrevistados responderam “Sim”, estão na obrigatoriedade de transmissão do SPED Fiscal. Como a pesquisa foi realizada com empresas optantes do lucro real e presumido, de acordo com o Regulamento do ICMS-SC, Anexo 2, art. 25, apresentado na página 32 deste trabalho, os 25% dos entrevistados que obtiveram como resposta “Não”, a partir de 1º de janeiro do ano de 2013 estarão obrigados à transmissão do SPED Fiscal.

Porém, por meio das correlações feitas destaca-se que dos 55% dos que se encontram atualmente na obrigação de transmissão do SPED Fiscal, 73% desses têm sua contabilidade interna, ainda desses, 55% que estão na obrigatoriedade, 64% responderam à pergunta de número seis que já ouviram falar, mas não obtém conhecimento do mesmo.

Dentre os entrevistados teve um caso de contradição nas respostas apresentadas. O entrevistado afirmou que “desconhece essa informação”, ou seja, não sabe se sua empresa encontra-se ou não na obrigatoriedade do SPED Fiscal, sendo que na questão anterior de número cinco respondeu sempre participar da contabilidade.

### 3.8 MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA E ROTINA DAS EMPRESAS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL

A questão de número oito foi formulada, com o objetivo de verificar a proporção de mudanças ocorridas com a implantação do SPED Fiscal.



**Gráfico 08: Mudanças e Adaptações na Estrutura e Rotina das Empresas com a Implantação do SPED Fiscal.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

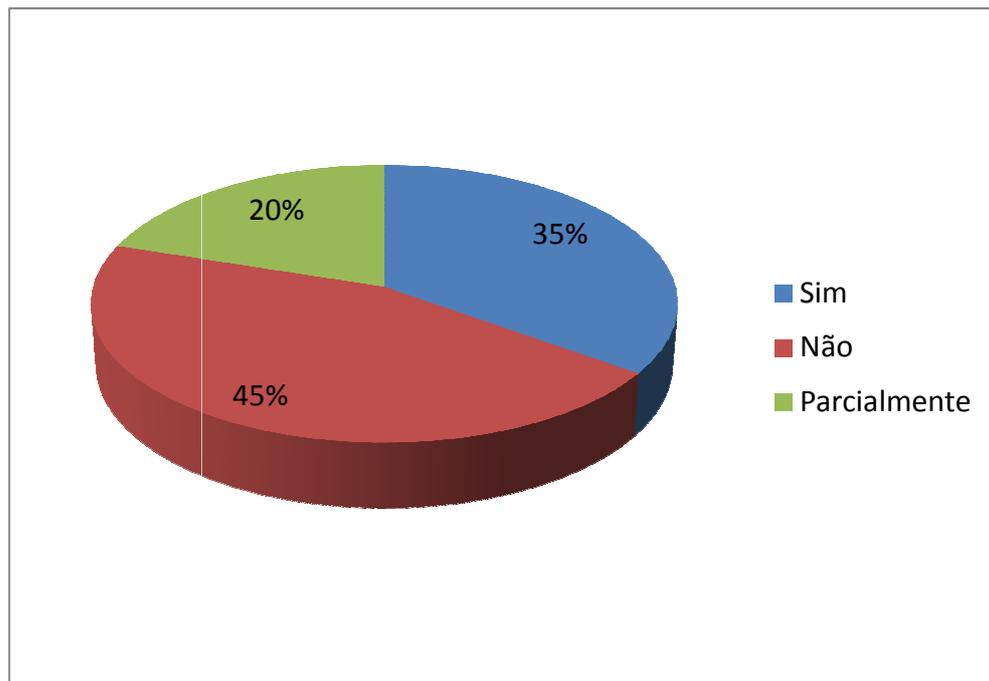
Conforme gráfico apresentado, dos entrevistados 45% responderam “Sim, mudanças significativas”, desses, 100% estão na obrigatoriedade de transmissão do SPED Fiscal.

Outro ponto relevante, que nesse caso entra em contradição a resposta de dois entrevistados em relação aos 15% que obtiveram “poucas mudanças”, nas respostas anteriores dos mesmos entrevistados, dizem estarem na obrigatoriedade do SPED Fiscal.

Diante de outra análise, percebe-se que dos 40% respondidos “Não, nenhuma mudança”, com base na correlação 88% diz não participar da contabilidade ou participar pouco e, dos 88%, 40% desses possuem contabilidade externa.

### 3.9 RECURSOS TECNOLÓGICOS COMPATÍVEIS AO EXIGIDOS PELO SPED FISCAL

Esta pergunta consiste em verificar se as empresas estão preparadas para implantação e transmissão do SPED Fiscal, bem como, demonstrar correlações relevantes diante de outras questões apresentadas nesse estudo de caso.



**Gráfico 09: Recursos Tecnológicos Compatíveis Exigidos ao pelo SPED Fiscal.**  
Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

De acordo com o gráfico, 35% responderam “Sim”, obtém recursos tecnológicos, desses, por meio da correlação, 86% responderam diante da questão de número quatro possuir um sistema de tecnologia da informação (TI).

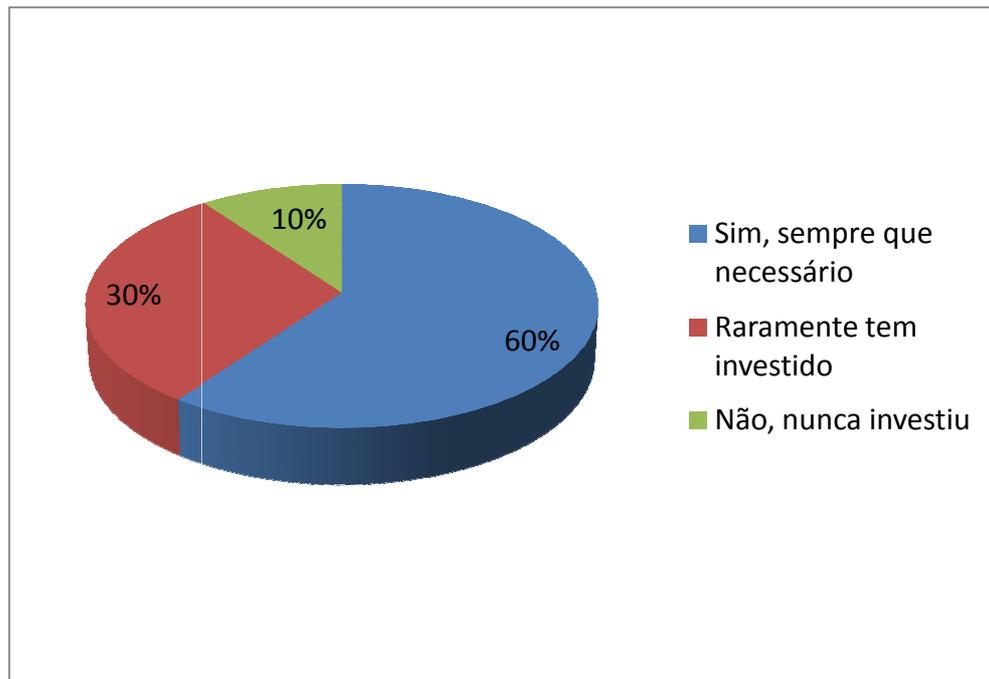
Verificou-se ainda que dos 45% com resposta “Não”, ou seja, não ter recursos tecnológicos compatíveis, constou-se o fato de um entrevistado ter como resposta na questão de número 07 “Sim”, ou seja, sua empresa encontra-se atualmente na obrigatoriedade do SPED Fiscal.

Ainda dos 20% que responderam “Parcialmente”, 75% desses também afirmaram na pergunta de número sete “Sim”.

Desta forma verifica-se contradições diante das respostas relacionadas à pergunta de número sete e nove.

### 3.10 INVESTIMENTO EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

A formulação da pergunta de número dez pretendeu verificar em percentuais qual o nível de investimento em inovação tecnológica as empresas encontram-se.



**Gráfico 10: Investimentos em Inovações Tecnológicas.**

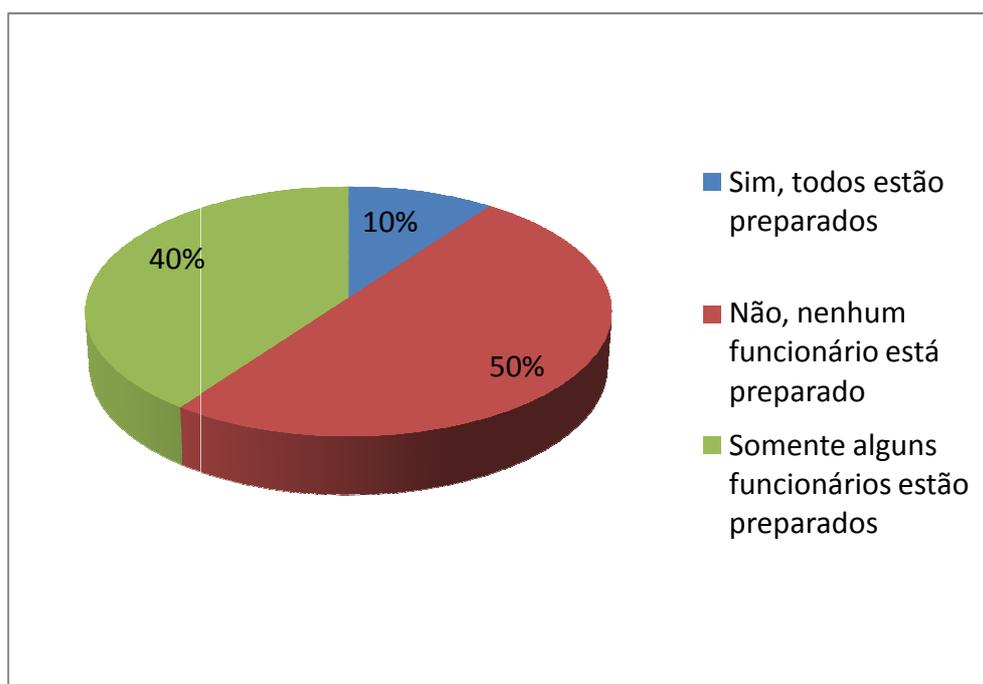
Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

Em análise ao gráfico, foram observados que 60% dos entrevistados investem em tecnologias da informação sempre que necessário, sendo que por meio das correlações realizadas foram apresentados os seguintes dados, desses, 92% estão no mercado há menos de 10 anos e 83% responderam possuir um sistema de tecnologia da informação implantado em suas organizações.

Como demonstrado no gráfico acima, 40% responderam “Raramente ter investido” ou “Nunca ter investido”, bem como, na pergunta anterior em que questiona se a empresa tem recursos tecnológicos compatíveis com os exigidos pelo programa SPED FISCAL, 100% dos entrevistados responderam “Não” e “Parcialmente”.

### 3.11 FUNCIONÁRIOS PREPARADOS E QUALIFICADOS PARA IMPLANTAÇÃO E TRANSMISSÃO DO SPED FISCAL

Levando em consideração esta pergunta pretendeu-se verificar o percentual de funcionários que estão atualmente preparados e qualificados em relação à implantação e transmissão do SPED Fiscal.



**Gráfico 11: Funcionários Preparados e Qualificados para Implantação e transmissão do SPED Fiscal.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

Observando as correlações realizadas nesta pergunta, analisou-se que somente 10% dos entrevistados afirmaram “Sim, todos estão preparados”, sendo que destes, todos responderam ter mais de 40 funcionários e possuir contabilidade interna.

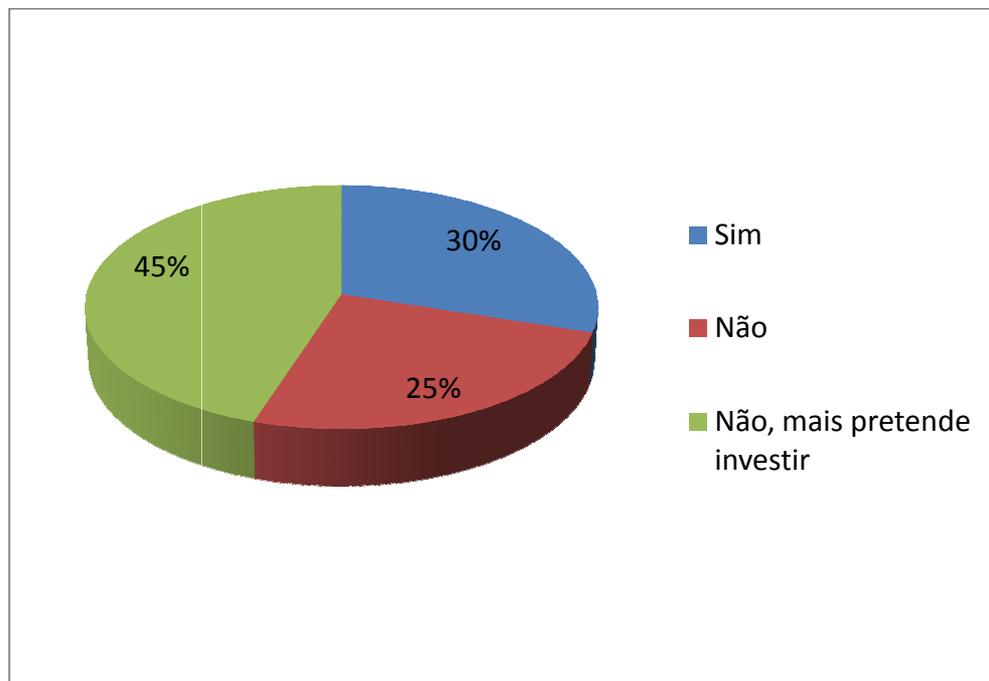
Dos 40% que afirmaram “Somente alguns funcionários estão preparados”, 63% responderam na pergunta de número 02 obter um quadro com mais de 40 funcionários. Vale destacar ainda que 80% estão atualmente obrigados à transmissão do SPED Fiscal.

Enfim, dentre as opções mais escolhidas somaram-se 50% obtendo como resposta “Não, nenhum funcionário está preparado”. Em análise às correlações, 90% desses têm no máximo 20 funcionários, e 80% possuem contabilidade interna.

Observa-se ainda um fato relevante em que 02 entrevistados afirmaram, na pergunta de número sete, estarem enquadrados atualmente na transmissão do SPED Fiscal.

### 3.12 INVESTIMENTOS EM CURSOS PARA QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Nesta pergunta houve o interesse de saber quais empresas estão investindo na qualificação de seus colaboradores. Evidenciando também um paralelo de correlação em perguntas feitas anteriormente.



**Gráfico 12: Investimentos em Cursos para Qualificação do Profissionais.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

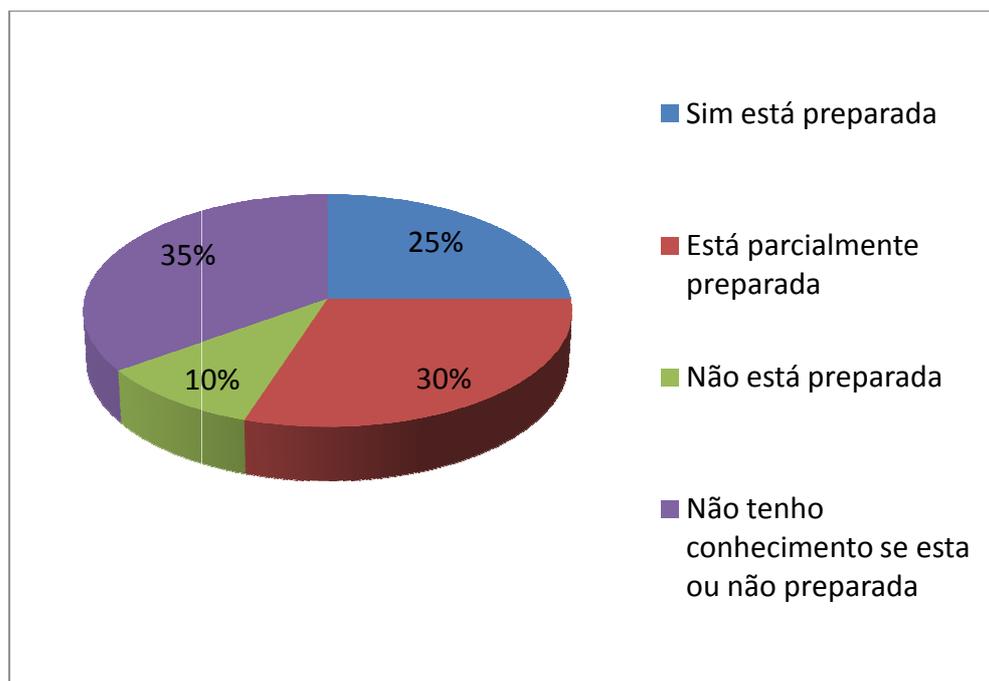
Em análise aos dados apresentados, verificou-se que dos 45% que responderam “Não, mas pretendem investir”, 67% estão no mercado de trabalho entre 10 e 20 anos.

Em decorrência dos 30% que afirmaram “Sim”, diante desta pergunta, entraram em contradição ou não passaram veracidade nas alternativas escolhidas, pois na pergunta anterior de número onze 67% responderam, “somente alguns funcionários estão preparados”. Com base em outra correlação, observou-se que de 100% desses, possui mais de 40 colaboradores.

Dos entrevistados que afirmaram não investir em qualificação profissional, 80% possui a contabilidade terceirizada, outro ponto de relevância mostra ainda que 25% deles responderam “Não”, em investir em cursos de qualificação profissional, 40% já estão transmitindo sua escrituração por meio do SPED Fiscal.

### 3.13 PREPARAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL NAS EMPRESAS

A última pergunta deste questionário tem como principal objetivo mensurar qual o grau de preparação em relação ao SPED Fiscal, sendo essa uma questão essencial para comparações com as demais respondidas até o presente momento.



**Gráfico 13: Preparação na Implantação do SPED Fiscal nas Empresas.**

Fonte: Pesquisa realizada em setembro/outubro de 2012.

No último gráfico apresentado foram observadas as seguintes informações, dos 25% que afirmaram estar preparados, verificando as correlações, 80% estão a menos de 10 anos em atividade na região, outra análise que entra em contradição com essa afirmação mostra, ainda, que desses, 60% dos entrevistados responderam na pergunta número onze, não ter nenhum funcionário preparado ou tendo somente alguns preparados.

Dos 30% que responderam “Não estar preparada” ou “Está parcialmente preparada”, 60% afirmaram na questão número sete “Sim”, ou seja, já se encontra na obrigatoriedade do SPED Fiscal, verificou-se ainda que 75% possui contabilidade externa.

Em análise ao percentual demonstrando no gráfico acima no qual proporção maior está na opção “Não tenho conhecimento se está ou não preparada”, com base nas observações feitas, 75% dos funcionários não estão preparados para essa atividade, e 100% possui a contabilidade externa. Observou-se também uma contradição nessa opção, em que 02 entrevistados desse mesmo grupo responderam em determinadas perguntas, sempre participarem da contabilidade e ainda afirmando “Sim, mudanças significativas”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto SPED necessita ser apresentado e compreendido por toda a sociedade, pois se trata de uma implantação do governo federal, abrangendo vantagens a todos, sendo um grande aliado no combate à sonegação fiscal, possibilitando aos contribuintes uma concorrência leal ao mercado competitivo, pois devido a sonegação fiscal muitas empresas acabam sendo prejudicadas perante seus concorrentes. Diante disso essa nova sistemática possibilitará ao fisco uma fiscalização mais eficiente, com um número maior de detalhamento nas informações repassadas.

O novo sistema de escrituração fiscal digital possibilita as esferas governamentais um controle maior nas informações, gerados em bancos de dados esses arquivos digitais podem estar ao alcance da União, do Estado e Município, facilitando dessa forma o controle fiscal em ambas as esferas, detectando facilmente as possíveis inconsistências através do cruzamento de dados contábeis e fiscais.

Os contribuintes também serão beneficiados com a implantação da escrituração fiscal digital, essas vantagens são visivelmente percebidas dentro de uma instituição atualmente obrigadas a transmissão do subprojeto SPED Fiscal, maior competitividade no mercado, integração nos setores da empresa, padronização e ampla informação, custo e carga horário minimizadas diante dessa obrigação, são algumas das principais vantagens atribuídas a esses.

A tecnologia da informação vem tornando-se fundamental no “mundo pós Sped”, essa ferramenta será uma grande aliada no cumprimento dessas obrigações. Investimentos em *software* possibilita aos empreendedores e contadores um conhecimento mais apurado, maior qualidade nas informações repassadas ao fisco, armazenamento seguro, dentre outros.

A contabilidade caminha para um futuro de tecnologia e inovação, exigindo cada vez mais, profissionais qualificados e preparados, muitos desses encontram-se despreparados decorrente dessa modernização eletrônica.

Diante do exposto neste trabalho, onde foram analisados os impactos e adequações na implantação do SPED Fiscal em transportadoras da região AMREC, concluí-se com base na pesquisa realizada, que muitas empresas ainda estão com

dificuldades na implantação e transmissão do SPED Fiscal Digital, a deficiência dessas empresas encontra-se em diversas áreas.

Percebe-se ainda que as contabilidades terceirizadas as empresas em estudo também possuem dúvidas e dificultadas na transmissão dessa obrigação fiscal, a falta de conhecimento e capacitação profissional é um dos principais causadores dessa deficiência. Por isso a ampliação em qualificação profissional, investimentos e modernização devem ser aplicados dentro dessas empresas para que se alcance o suporte desejado. Muitos gestores e profissionais da área contábil ainda resistem a essas mudanças, pois a rotina e cultura desses não estão caminhando com o mundo globalizado que vivenciamos fato que prejudica o andamento e o prestígio de seu trabalho.

Dessa forma o presente trabalho alcançou o objetivo esperado, sendo esse demonstrar os impactos causados com a implantação do SPED Fiscal no seguimento de transportes rodoviários da região AMREC. Em análise a essa pequena fatia de mercado foi possível verificar que grande parte não se encontra preparada para esse avanço na área fiscal.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALIZ, **Impactos do SPED**. <[http://www.spedbrasil.net/notes/Impactos do SPED](http://www.spedbrasil.net/notes/Impactos%20do%20SPED)>. Acesso em 29 de Outubro de 2012.

BANKER, Gilvânia 2011, **Evolução da Contabilidade Destaca Profissão em Alta**. <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=73311>>. Acesso em 13 de Agosto de 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

BORGES, Fernando, **Artigo: Sistema Público de Escrituração Digital**. <<http://www.sispro.com.br/index.php/20080810265/artigos-sped/artigo-escrituracaodigital.html>>. Acesso em 29 de Agosto de 2012.

CARLIN, Everson Luiz Breda. **Auditoria, planejamento e gestão tributária**. Curitiba: Juruá, 2008.

CARVALHO, Adriano. Fernando, **A TI Chega á Contabilidade**. <<http://www.caminhandojunto.com.br/2009/05/ti-chega-contabilidade.html>>. Acesso em 29 de Agosto de 2012.

**Certificação Digital**. Disponível em: <<http://www.certisign.com.br/certificacao-digital/vantagens-da-certificacao/sped-e-nf-e-Pub>>. Acesso em 29 de Abril de 2012.

COBALCHINI, Contabilidade. **Perspectiva 2012 – Cenário Contábil, Econômico e Tributário**. Disponível em: <<http://www.cobalchini.com.br/admin/UPLarquivos/030120121446252.pdf>>. Acesso em 07 de Setembro de 2012.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade introdutória Descomplicada**. Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. Disponível em: <<http://www.robertodiasduarte.com.br> Pub> Acesso em 28 de Abril de 2012.

ESPERANDÍO, Alexandre dos Santos; MELO, Rodrigo Carlos de; MATA, Altair. Disponível em: <<http://www.exactus.com.br/index.php/artigo-cientifico-sped> Pub> Acesso em 29 de Agosto 2012.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Marilda Brito. **Os efeitos da tecnologia da informação na Contabilidade.** Disponível em:

<<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=484>> Acesso em 02 de Setembro de 2012.

FREITAS, Gustavo André. **A Importância do Departamento de TI nas Empresas.** Disponível em: /><<http://www.devmedia.com.br/a-importancia-do-departamento-de-ti-nas-empresas/5952>>. Pub> Acesso em 02 de Setembro de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A CONTABILIDADE E O AVANÇO DA TECNOLOGIA,** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidade/etecnologia.htm>> . Acesso em 29 de Abril de 2012.

MARIANO, Paulo Antonio; AZEVEDO, Osmar Reis. SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital.** São Paulo: Iob, 2009.

MASCOVE, Stephen; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de Informações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, Patrícia de Aquino. **Por uma Gestão Profissional e Governança de TI.** Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2007/06/08/por-uma-gestao-profissional-e-governanca-de-ti/>>. Acesso em 02 de Setembro de 2012.

NETO, Alfredo Meneghetti; RUCKERT, Isabel Noemia Junges. **SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO,** Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/501/739>> . Acesso em 07 de Setembro de 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da Iniciação Científica ao TCC.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PORTALECONOMIA NET. **Histórico do sistema tributário brasileiro.** Disponível em: <[http://www.economiabr.net/economia/7\\_historico\\_sistema\\_tributario.html](http://www.economiabr.net/economia/7_historico_sistema_tributario.html) Pub>.

Acesso em 29 de Abril de 2012.

PORTAL DE CONTABILIDADE <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm> Pub>. Acesso em 13 de Agosto de 2012.

PORTAL DO EMPRESÁRIO CONTÁBIL. Disponível em: <<http://www.portaldoempresariocontabil.com.br> Pub>. Acesso em 29 de Abril de 2012.

PORTAL SPED. **A Certificação Digital.** Disponível em: <<http://www.portaldosped.com.br/pagina/certificacao-digital> Pub>. Acesso em 30 de Abril de 2012.

RECEITA FEDERAL. **Sistemas – SPED FISCAL.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/default.htm>>. Acesso em 28 de Abril de 2012.

RECEITA FEDERAL. **Projeto.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em 29 de Abril de 2012.

RECEITA FEDERAL. **Projeto e Benefícios.** Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em 29 de Abril de 2012.

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **A inserção do TI no processo de trabalho contábil e as competência individuais do contabilista.** Volume 36; 2007.

RODRIGUEZ, Martius Vicente. **Gestão empresarial em organizações aprendizes.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

SÁ, Antonio Lopes de. **A Evolução da Contabilidade.** 1º ed. São Paulo: Thomson, 2006. Pub. Acesso em 10 de Junho de 2012.

SANCHES, Ismael Pedro. **O Novo Cenário da Gestão Empresarial e Tributária no Brasil.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-novo-cenario-da-gestao-empresarial-e-tributaria-no-brasil/57625/>. Pub>. Acesso em 02 de Setembro de 2012.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil.** ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, Paulo e DOS SANTOS, José Luiz. **Histórias do pensamento Contábil.** 2006. São Paulo. Ed. Atlas S.A.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro, MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira**. 1<sup>o</sup> ed. Curitiba: Juruá, 2009.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

ZANLUNCA, Julio Cesar. **Perfil do contabilista no século XXI**, Disponível em: <[http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/perfil\\_contador.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/perfil_contador.htm). Pub>. Acesso em 15 de Maio de 2012.

ZANLUCA, Júlio César. **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Pub> . Acesso em 10 de Junho de 2012.

## APÊNDICE



**5 - Qual o seu nível de participação em relação a contabilidade de sua empresa?**

Sempre participo                       Participo pouco                       Não participo

**6 - Você conhece o Sistema de Escrituração Digital (SPED )?**

Sim, e tenho conhecimento                       Sim, mais não tenho conhecimento

Não nunca ouvi falar

**7 - Sua empresa encontra-se atualmente na obrigatoriedade da transmissão do SPED FISCAL?**

Sim                       Não                       Desconheço essa informação

**8 - De acordo com a sua percepção, foram necessárias mudanças ou adaptações na estrutura e rotina de sua empresa com a implantação do SPED FISCAL?**

Sim , mudanças significativas                       Não, nenhuma mudanças

Poucas mudanças

**9 - A sua empresa tem recursos tecnológicos compatíveis com os exigidos pelo programa SPED FISCAL?**

Sim                       Não                       Parcialmente

**10 - Sua empresa tem investido em inovações tecnológicas , para um melhor desenvolvimento de seus trabalhos?**

Sim, sempre que necessário                       Raramente tem investido

Não, nunca investiu

**11 - A empresa conta com funcionários preparados e qualificados, para realização do SPED FISCAL?**

- Sim, todos estão preparados       Não, nenhum funcionário está preparado
- Somente alguns funcionários estão preparados

**12 - Sua empresa tem investido em cursos para qualificação de seus funcionários em relação ao SPED FISCAL?**

- Sim       Não       Não mais pretende investir

**13 - De acordo com a sua percepção sua empresa encontra-se preparada para implantação do SPED FISCAL?**

- Sim está preparada       Está parcialmente preparada
- Não está preparada       Não tenho conhecimento se esta ou não preparada